

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	12
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	13
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	14
Demonstração de Valor Adicionado	15

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	17
Balanço Patrimonial Passivo	19
Demonstração do Resultado	22
Demonstração do Resultado Abrangente	23
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	26
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	27
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	28
Demonstração de Valor Adicionado	29

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
---	----

Notas Explicativas	43
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	114
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	117
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	118
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	122

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	123
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.392.125.889
Preferenciais	0
Total	2.392.125.889
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.457.567
Preferenciais	0
Total	3.457.567

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	56.939.179	56.327.311	55.260.156
1.01	Ativo Circulante	13.464.205	12.662.929	11.404.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.610.324	3.258.743	3.077.931
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.274.316	2.434.441	1.958.490
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.274.316	2.434.441	1.958.490
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	2.274.316	2.434.441	1.958.490
1.01.03	Contas a Receber	4.901.777	4.677.935	3.709.766
1.01.03.01	Clientes	4.901.777	4.677.935	3.709.766
1.01.04	Estoques	357.204	293.529	331.783
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.207.657	1.057.479	1.438.149
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.207.657	1.057.479	1.438.149
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	68.769	111.376	494.382
1.01.06.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.138.888	946.103	943.767
1.01.07	Despesas Antecipadas	329.362	280.851	238.468
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	783.565	659.951	649.706
1.01.08.03	Outros	783.565	659.951	649.706
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	452.203	379.888	299.539
1.01.08.03.02	Outros Ativos	264.298	208.313	239.318
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil	34.098	33.717	29.886
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	32.966	38.033	80.963
1.02	Ativo Não Circulante	43.474.974	43.664.382	43.855.863
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.450.514	4.625.808	4.368.195
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	26.339	15.241	12.949
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	26.339	15.241	12.949
1.02.01.04	Contas a Receber	137.306	137.815	199.007
1.02.01.04.01	Clientes	137.306	137.815	199.007
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	340.247	281.290	138.937
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.946.622	4.191.462	4.017.302

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.01.10.03	Operações com Derivativos	0	522.822	507.873
1.02.01.10.04	Outros Aivos Não-Circulantes	29.492	29.905	45.584
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	677.150	677.530	689.739
1.02.01.10.06	Imposto, Taxas e Contribuições a recuperar	911.704	907.353	874.539
1.02.01.10.07	Imposto de Renda a Recuperar	258.415	214.880	218.897
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil	200.148	206.670	206.455
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	1.355.604	1.081.633	1.257.494
1.02.01.10.10	Outros ativos financeiros	514.109	550.669	216.721
1.02.02	Investimentos	1.260.486	1.368.286	1.450.812
1.02.02.01	Participações Societárias	1.260.486	1.368.286	1.450.812
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.260.486	1.368.286	1.450.812
1.02.03	Imobilizado	23.171.451	22.815.328	22.411.815
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.743.378	13.226.682	13.110.855
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.823.792	8.948.060	8.658.612
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	604.281	640.586	642.348
1.02.04	Intangível	14.592.523	14.854.960	15.625.041
1.02.04.01	Intangíveis	14.592.523	14.854.960	15.625.041
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	2.928.718	2.336.003	2.382.138
1.02.04.01.03	Autorizações	7.811.231	8.630.978	9.416.332
1.02.04.01.04	Goodwill	3.112.169	3.112.169	3.112.169
1.02.04.01.05	Outros Intangíveis	740.405	775.810	714.402

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	56.939.179	56.327.311	55.260.156
2.01	Passivo Circulante	15.201.168	12.827.248	12.882.966
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	361.271	353.256	386.348
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	361.271	353.256	386.348
2.01.02	Fornecedores	5.138.780	4.986.912	4.612.112
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.414.270	4.233.754	4.052.047
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	724.510	753.158	560.065
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.017.653	3.935.178	3.112.522
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.655.272	3.613.370	2.795.272
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	162.102	46.610	64.407
2.01.03.01.02	Outros Impostos e taxas	4.493.170	3.566.760	2.730.865
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	300.207	249.534	249.485
2.01.03.02.01	ICMS	300.207	249.534	249.485
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	62.174	72.274	67.765
2.01.03.03.01	ISS	62.174	72.274	67.765
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	925.626	348.353	1.267.237
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	240.951	348.353	1.264.497
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	240.951	315.533	165.128
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	32.820	1.099.369
2.01.04.02	Debêntures	684.675	0	2.740
2.01.05	Outras Obrigações	3.757.838	3.203.549	3.504.747
2.01.05.02	Outros	3.757.838	3.203.549	3.504.747
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.219.319	671.525	647.872
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	168.711	224.275	239.714
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	321.761	299.354	407.747
2.01.05.02.06	Receita Diferidas	259.527	280.422	279.401
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	1.702.899	1.629.698	1.808.740
2.01.05.02.08	Outros Passivos	85.621	98.275	121.273

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02	Passivo Não Circulante	17.760.620	17.095.427	16.361.250
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.853.097	2.687.148	2.503.709
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	488.591	730.841	646.552
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	488.591	730.841	620.943
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	25.609
2.02.01.02	Debêntures	1.364.506	1.956.307	1.857.157
2.02.02	Outras Obrigações	14.343.351	12.840.525	12.442.223
2.02.02.02	Outros	14.343.351	12.840.525	12.442.223
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições a recolher	33.208	38.286	10.603
2.02.02.02.05	Imposto de Renda a recolher	19.395	0	0
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	1.159.672	1.180.428	1.117.416
2.02.02.02.07	Receita Diferidas	506.184	559.445	621.601
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	12.061.969	10.946.148	10.448.035
2.02.02.02.09	Outros Passivos	562.923	116.218	244.568
2.02.04	Provisões	1.564.172	1.567.754	1.415.318
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.564.172	1.567.754	1.415.318
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	896.045	759.584	666.209
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	196.916	209.098	212.929
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	4.485	3.461	5.019
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis e Regulatórias	466.726	595.611	531.161
2.03	Patrimônio Líquido	23.977.391	26.404.636	26.015.940
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	13.477.891	13.477.891
2.03.02	Reservas de Capital	309.697	369.569	381.327
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	353.604	353.604
2.03.02.04	Opções Outorgadas	34.632	19.416	30.707
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-78.539	-3.451	-2.984
2.03.04	Reservas de Lucros	10.192.763	12.559.460	12.160.035
2.03.04.01	Reserva Legal	1.714.578	1.521.086	1.380.427

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.143.043	2.702.955	2.362.239
2.03.04.10	Reserva para Expansão	5.335.142	8.335.419	8.417.369
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.960	-2.284	-3.313

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	26.624.721	25.447.930	23.843.006
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.266.584	-11.893.115	-11.739.481
3.03	Resultado Bruto	14.358.137	13.554.815	12.103.525
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.014.105	-8.048.128	-7.352.178
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.959.682	-5.908.816	-5.631.263
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.734.484	-1.798.005	-1.757.848
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	202.023	209.473	463.116
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-414.162	-468.254	-490.266
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-107.800	-82.526	64.083
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.344.032	5.506.687	4.751.347
3.06	Resultado Financeiro	-1.784.021	-1.884.224	-1.646.089
3.06.01	Receitas Financeiras	1.837.141	1.166.949	1.413.039
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.621.162	-3.051.173	-3.059.128
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.560.011	3.622.463	3.105.258
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-248.027	-468.582	-267.836
3.08.01	Corrente	-521.650	-293.251	-79.876
3.08.02	Diferido	273.623	-175.331	-187.960
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.311.984	3.153.881	2.837.422
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.311.984	3.153.881	2.837.422
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,79	1,3	1,17
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,78	1,3	1,17

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	4.311.984	3.153.881	2.837.422
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-676	1.029	531
4.02.01	Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	-1.024	1.558	806
4.02.03	Tributos diferidos	348	-529	-275
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.311.308	3.154.910	2.837.953

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.440.069	12.331.543	12.573.553
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.040.278	13.897.678	12.654.965
6.01.01.01	Lucros antes do IR e CSSL	4.560.011	3.622.463	3.105.258
6.01.01.02	Depreciação e Amortizações	7.077.687	7.026.035	6.897.402
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	59.824	175.946	257.058
6.01.01.05	Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	14.818	13.887	16.230
6.01.01.06	Planos de incentivo a longo prazo	16.998	22.354	-24.291
6.01.01.07	Provisão para processos administrativos e judiciais	267.041	276.811	323.018
6.01.01.08	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	2.982	12.400	33.180
6.01.01.09	Juros, Variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	774.861	749.515	741.382
6.01.01.10	Provisão para perdas de crédito esperadas	765.783	693.122	620.667
6.01.01.11	Juros sobre passivo de arrendamento	1.617.383	1.432.764	1.163.824
6.01.01.12	Juros sobre arrendamentos	-28.955	-28.428	-28.041
6.01.01.14	Resultado de equivalência patrimonial	107.800	82.526	-64.083
6.01.01.15	Juros sobre títulos e valores mobiliários	-361.735	-181.717	-83.204
6.01.01.16	Ganho aquisição Cozani (via ajuste de preço)	0	0	-303.435
6.01.01.17	Resultado de operações com outros derivativos	165.780	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.600.209	-1.566.135	-81.412
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-988.139	-1.605.774	-826.773
6.01.02.02	Impostos e Contribuição a Recuperar	10.725	344.110	91.412
6.01.02.03	Estoques	-63.675	38.254	-95.666
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-107.468	-184.736	-2.467
6.01.02.05	Depósitos judiciais	31.073	32.242	749.336
6.01.02.06	Outros ativos	-49.159	90.931	-76.756
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	8.015	-33.092	42.807
6.01.02.08	Fornecedores	185.370	304.243	736.417
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	484.799	375.228	647.239
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-362.163	-318.796	-343.440

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.11	Autorizações a pagar	-59.018	-163.612	-246.836
6.01.02.12	Receita Diferidas	-74.156	-61.135	-2.235
6.01.02.13	Outros Passivos	-303.967	-294.106	-526.266
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-312.446	-89.892	-228.184
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.560.621	-4.953.872	-4.261.703
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível.	-4.541.495	-4.550.379	-4.504.314
6.02.04	Outros	35.095	24.381	2.306
6.02.07	Contraprestação na aquisição da Cozani, líquido de caixa adquirido	0	0	-443.096
6.02.09	Resgates de títulos e valores mobiliários	8.002.980	7.196.354	3.313.983
6.02.10	Aplicações de títulos e valores mobiliários	-7.492.217	-7.492.880	-2.998.654
6.02.11	Caixa proveniente da aquisição da Cozani	0	0	421.835
6.02.12	Outros ativos financeiros	0	0	-53.763
6.02.14	Aporte 5G	-84.984	-131.348	0
6.02.15	Recebimento - Acordo com Banco C6	520.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.527.867	-7.196.859	-7.019.019
6.03.01	Novos Empréstimos	0	503.351	0
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-387.312	-1.413.497	-1.197.950
6.03.03	Dividendos e JSCP Pagos	-5.360.083	-2.720.095	-2.174.929
6.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	-170.393	-168.652	-393.628
6.03.05	Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	-748.268	-45.004	-2.821
6.03.06	Juros pagos – Empréstimos	-106.401	-143.518	-205.507
6.03.07	Pagamento de passivo de arrendamento	-1.563.393	-1.838.667	-1.696.314
6.03.08	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	-1.646.393	-1.460.208	-1.347.870
6.03.11	Incentivos de arrendamentos recebidos	77.918	89.431	0
6.03.12	Ingressos pelas operações de grupamento e desdobramento de ações	455.691	0	0
6.03.13	Pagamentos pelas operações de grupamento e desdobramento de ações	-79.233	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	351.581	180.812	1.292.831
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.258.743	3.077.931	1.785.100

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.610.324	3.258.743	3.077.931

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-59.872	-3.598.209	-3.099.192	0	-6.757.273
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-748.268	0	0	0	-748.268
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.460.808	-1.379.192	0	-3.840.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-490.000	-1.720.000	0	-2.210.000
5.04.08	Variação do valor da ação na data da outorga x valor justo	0	3.167	-3.167	0	0	0
5.04.09	Plano de incentivo a longo prazo	0	16.998	0	0	0	16.998
5.04.10	Frações de ações prescritas	0	23.997	0	0	0	23.997
5.04.11	Cancelamento de ações em tesouraria	0	644.234	-644.234	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.311.984	-676	4.311.308
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.311.984	0	4.311.984
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-676	-676
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.231.512	-1.212.792	0	18.720
5.06.04	Dividendos não reclamados	0	0	18.720	0	0	18.720
5.06.05	Constituição de reserva de benefício fiscal	0	0	440.088	-440.088	0	0
5.06.06	Reserva legal	0	0	193.492	-193.492	0	0
5.06.07	Constituição de reserva para expansão	0	0	579.212	-579.212	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	309.697	10.192.763	0	-2.960	23.977.391

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	381.327	12.160.035	0	-3.313	26.015.940
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	381.327	12.160.035	0	-3.313	26.015.940
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.758	-1.320.892	-1.450.000	0	-2.782.650
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-45.004	0	0	0	-45.004
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.310.000	0	0	-1.310.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.450.000	0	-1.450.000
5.04.08	Variação do valor da ação na data da outorga x valor justo	0	10.892	-10.892	0	0	0
5.04.09	Plano de incentivo a longo prazo	0	22.354	0	0	0	22.354
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.153.881	1.029	3.154.910
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.153.881	0	3.153.881
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.029	1.029
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.720.317	-1.703.881	0	16.436
5.06.04	Constituição de reserva de benefício fiscal	0	0	340.716	-340.716	0	0
5.06.05	Reserva legal	0	0	140.659	-140.659	0	0
5.06.06	Constituição de reserva para expansão	0	0	1.222.506	-1.222.506	0	0
5.06.07	Dividendos não reclamados	0	0	16.436	0	0	16.436
5.07	Saldos Finais	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-27.112	-600.000	-1.600.000	0	-2.227.112
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-24.291	0	0	0	-24.291
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-2.821	0	0	0	-2.821
5.04.06	Dividendos	0	0	-600.000	-1.600.000	0	-2.200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.837.422	531	2.837.953
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.837.422	0	2.837.422
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	531	531
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.245.156	-1.237.422	0	7.734
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	367.807	-367.807	0	0
5.06.04	Distribuição da Reserva para Expansão	0	0	869.615	-869.615	0	0
5.06.05	Dividendos não reclamados	0	0	7.734	0	0	7.734
5.07	Saldos Finais	13.477.891	381.327	12.160.035	0	-3.313	26.015.940

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	29.904.083	28.769.153	26.832.710
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	30.669.866	29.462.275	27.453.377
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-765.783	-693.122	-620.667
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.236.334	-8.083.797	-7.956.963
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.685.143	-4.394.555	-4.431.498
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.551.191	-3.689.242	-3.525.465
7.03	Valor Adicionado Bruto	21.667.749	20.685.356	18.875.747
7.04	Retenções	-7.077.687	-7.026.035	-6.897.402
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.077.687	-7.026.035	-6.897.402
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.590.062	13.659.321	11.978.345
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.729.341	1.084.424	1.477.122
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-107.800	-82.526	64.083
7.06.02	Receitas Financeiras	1.837.141	1.166.950	1.413.039
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.319.403	14.743.745	13.455.467
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.319.403	14.743.745	13.455.467
7.08.01	Pessoal	1.253.233	1.240.361	1.145.733
7.08.01.01	Remuneração Direta	799.707	821.211	788.411
7.08.01.02	Benefícios	318.603	278.698	241.951
7.08.01.03	F.G.T.S.	80.258	78.741	76.718
7.08.01.04	Outros	54.665	61.711	38.653
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.786.434	6.014.076	5.196.311
7.08.02.01	Federais	2.615.964	2.924.712	2.529.923
7.08.02.02	Estaduais	3.047.800	2.985.924	2.660.723
7.08.02.03	Municipais	122.670	103.440	5.665
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.958.799	4.326.353	4.267.845
7.08.03.01	Juros	3.587.269	3.058.095	3.054.465
7.08.03.02	Aluguéis	1.371.530	1.268.258	1.213.380
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.311.984	3.153.881	2.837.422

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	1.600.000
7.08.04.02	Dividendos	3.099.192	1.450.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.212.792	1.703.881	1.237.422
7.08.05	Outros	8.953	9.074	8.156
7.08.05.01	Investimento Social	8.953	9.074	8.156

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	0	0	55.260.156
1.01	Ativo Circulante	0	0	11.404.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	3.077.931
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	1.958.490
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	1.958.490
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	0	1.958.490
1.01.03	Contas a Receber	0	0	3.709.766
1.01.03.01	Clientes	0	0	3.709.766
1.01.04	Estoques	0	0	331.783
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	0	1.438.149
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	0	1.438.149
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	0	0	494.382
1.01.06.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	0	0	943.767
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	0	238.468
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	0	649.706
1.01.08.03	Outros	0	0	649.706
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	299.539
1.01.08.03.02	Arrendamentos	0	0	29.886
1.01.08.03.03	Outros valores a compensar	0	0	80.963
1.01.08.03.04	Outros	0	0	239.318
1.02	Ativo Não Circulante	0	0	43.855.863
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	4.368.195
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	12.949
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	0	12.949
1.02.01.04	Contas a Receber	0	0	199.007

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.01.04.01	Clientes	0	0	199.007
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	1.257.494
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	1.257.494
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	0	138.937
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	0	0	2.759.808
1.02.01.10.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	0	0	218.897
1.02.01.10.04	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	0	0	874.539
1.02.01.10.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	507.873
1.02.01.10.06	Arrendamentos	0	0	206.455
1.02.01.10.07	Outros ativos	0	0	45.584
1.02.01.10.08	Depósitos judiciais	0	0	689.739
1.02.01.10.10	Outros ativos financeiros	0	0	216.721
1.02.02	Investimentos	0	0	1.450.812
1.02.02.01	Participações Societárias	0	0	1.450.812
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	0	1.450.812
1.02.03	Imobilizado	0	0	22.411.815
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	0	13.110.855
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	0	0	8.658.612
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	0	642.348
1.02.04	Intangível	0	0	15.625.041
1.02.04.01	Intangíveis	0	0	12.512.872
1.02.04.01.02	Direito de uso de softwares	0	0	2.382.138
1.02.04.01.03	Autorizações	0	0	9.416.332
1.02.04.01.04	Outros intangíveis	0	0	714.402
1.02.04.02	Goodwill	0	0	3.112.169

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	0	0	55.260.156
2.01	Passivo Circulante	0	0	12.882.966
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	0	386.348
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	0	386.348
2.01.02	Fornecedores	0	0	4.612.112
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	0	4.052.047
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	0	560.065
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	0	3.112.522
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	0	2.795.272
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	64.407
2.01.03.01.02	Outros impostos e taxas	0	0	2.730.865
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	0	249.485
2.01.03.02.01	ICMS	0	0	249.485
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	0	67.765
2.01.03.03.01	ISS	0	0	67.765
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.267.237
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.264.497
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	165.128
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	1.099.369
2.01.04.02	Debêntures	0	0	2.740
2.01.05	Outras Obrigações	0	0	3.504.747
2.01.05.02	Outros	0	0	3.504.747
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	647.872
2.01.05.02.04	Passivo de arrendamento	0	0	1.808.740
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	239.714

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.01.05.02.06	Autorizações a pagar	0	0	407.747
2.01.05.02.07	Receitas diferidas	0	0	279.401
2.01.05.02.09	Outros passivos	0	0	121.273
2.02	Passivo Não Circulante	0	0	16.361.250
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	2.503.709
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	646.552
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	620.943
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	25.609
2.02.01.02	Debêntures	0	0	1.857.157
2.02.02	Outras Obrigações	0	0	12.442.223
2.02.02.02	Outros	0	0	12.442.223
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil	0	0	10.448.035
2.02.02.02.05	Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	0	0	10.603
2.02.02.02.07	Autorizações a pagar	0	0	1.117.416
2.02.02.02.08	Receitas diferidas	0	0	621.601
2.02.02.02.09	Outros passivos	0	0	244.568
2.02.04	Provisões	0	0	1.415.318
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	1.415.318
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	0	666.209
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	0	212.929
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	0	5.019
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	0	498.180
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	0	0	32.981
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	0	0	26.015.940
2.03.01	Capital Social Realizado	0	0	13.477.891

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	381.327
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	0	0	353.604
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	0	30.707
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	0	-2.984
2.03.04	Reservas de Lucros	0	0	12.160.035
2.03.04.01	Reserva Legal	0	0	1.380.427
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	2.362.239
2.03.04.10	Reserva para Expansão	0	0	8.417.369
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-3.313

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	0	23.833.893
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	-11.496.437
3.03	Resultado Bruto	0	0	12.337.456
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	0	0	-7.620.158
3.04.01	Despesas com Vendas	0	0	-5.742.642
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	0	0	-1.759.433
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	463.337
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-492.116
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-89.304
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	0	0	4.717.298
3.06	Resultado Financeiro	0	0	-1.533.265
3.06.01	Receitas Financeiras	0	0	1.433.788
3.06.02	Despesas Financeiras	0	0	-2.967.053
3.06.02.01	Despesa financeira	0	0	-2.967.053
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	0	3.184.033
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-346.611
3.08.01	Corrente	0	0	-80.229
3.08.02	Diferido	0	0	-266.382
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	0	2.837.422
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	0	0	2.837.422
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	0	1,17
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	0	1,17

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	0	0	2.837.422
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	531
4.02.01	Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	0	0	806
4.02.02	Tributos diferidos	0	0	-275
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	0	0	2.837.953
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	0	2.837.953

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	0	12.420.656
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	0	13.033.428
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social	0	0	3.184.033
6.01.01.02	Depreciação e amortização	0	0	7.117.028
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	0	0	89.304
6.01.01.04	Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	0	0	93.304
6.01.01.05	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	0	0	38.355
6.01.01.06	Provisão para processos administrativos e judiciais	0	0	323.015
6.01.01.07	Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos	0	0	257.057
6.01.01.08	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	0	0	668.360
6.01.01.09	Juros sobre passivo de arrendamento	0	0	1.062.251
6.01.01.10	Juros sobre arrendamentos	0	0	-28.041
6.01.01.11	Provisão para perdas de crédito esperadas	0	0	639.692
6.01.01.12	Planos de incentivo a longo prazo	0	0	-24.291
6.01.01.13	Juros sobre títulos e valores mobiliários	0	0	-83.204
6.01.01.14	Ganho aquisição Cozani (via ajuste de preço)	0	0	-303.435
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	0	-612.772
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	0	0	-867.369
6.01.02.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	0	0	85.982
6.01.02.03	Estoques	0	0	-95.666
6.01.02.04	Despesas antecipadas	0	0	-18.295
6.01.02.05	Depósitos judiciais	0	0	749.336
6.01.02.06	Outros ativos	0	0	-70.677
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas	0	0	42.807
6.01.02.08	Fornecedores	0	0	353.319

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	0	0	617.975
6.01.02.10	Autorizações a pagar	0	0	-246.836
6.01.02.11	Pagamentos de processos judiciais e administrativos	0	0	-343.444
6.01.02.12	Receitas diferidas	0	0	-31.028
6.01.02.13	Outros passivos	0	0	-560.692
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	0	-228.184
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	-4.683.538
6.02.01	Aplicações de títulos e valores mobiliários	0	0	-2.998.654
6.02.04	Contraprestação na aquisição da Cozani, líquido de caixa adquirido	0	0	-443.096
6.02.05	Adições ao imobilizado e intangível	0	0	-4.504.314
6.02.06	Outros	0	0	2.306
6.02.07	Resgates de títulos e valores mobiliários	0	0	3.313.983
6.02.08	Outros ativos financeiros	0	0	-53.763
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	0	-7.207.900
6.03.02	Amortização de empréstimos	0	0	-1.197.950
6.03.03	Juros pagos – Empréstimos	0	0	-205.507
6.03.04	Pagamento de passivo de arrendamento	0	0	-1.812.508
6.03.05	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	0	0	-1.420.557
6.03.06	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	-393.628
6.03.07	Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	0	0	-2.821
6.03.08	Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	0	0	-2.174.929
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	0	529.218
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	0	2.548.713
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	0	3.077.931

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2024.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365	0	25.397.365
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365	0	25.397.365
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-27.112	-600.000	-1.600.000	0	-2.227.112	0	-2.227.112
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-24.291	0	0	0	-24.291	0	-24.291
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-2.821	0	0	0	-2.821	0	-2.821
5.04.06	Dividendos	0	0	-600.000	-1.600.000	0	-2.200.000	0	-2.200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.837.422	531	2.837.953	0	2.837.953
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.837.422	0	2.837.422	0	2.837.422
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	531	531	0	531
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.245.156	-1.237.422	0	7.734	0	7.734
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	367.807	-367.807	0	0	0	0
5.06.04	Distribuição da Reserva para Expansão	0	0	869.615	-869.615	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos não reclamados	0	0	7.734	0	0	7.734	0	7.734
5.07	Saldos Finais	13.477.891	381.327	12.160.035	0	-3.313	26.015.940	0	26.015.940

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	0	0	26.851.482
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	0	27.491.174
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	-639.692
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	0	-7.564.902
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	0	-3.968.083
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	0	-3.596.819
7.03	Valor Adicionado Bruto	0	0	19.286.580
7.04	Retenções	0	0	-7.117.029
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	0	-7.117.029
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	0	12.169.551
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	0	1.344.484
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-89.304
7.06.02	Receitas Financeiras	0	0	1.433.788
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	0	13.514.035
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	0	0	13.514.035
7.08.01	Pessoal	0	0	1.145.733
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	0	788.411
7.08.01.02	Benefícios	0	0	241.951
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	0	76.718
7.08.01.04	Outros	0	0	38.653
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	5.346.259
7.08.02.01	Federais	0	0	2.675.491
7.08.02.02	Estaduais	0	0	2.665.423
7.08.02.03	Municipais	0	0	5.345
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	0	4.184.621

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para dezembro 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.01	Juros	0	0	2.962.390
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	1.214.075
7.08.03.03	Outras	0	0	8.156
7.08.03.03.01	Investimento social	0	0	8.156
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	0	2.837.422
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	1.600.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	0	1.237.422

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Prezados acionistas,

A administração da TIM S.A. (“TIM S.A.”, “Companhia” ou “TIM”) apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2025, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações operacionais e financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Mensagem da Administração¹

Encerramos 2025 com satisfação em apresentar resultados robustos em um ano marcado por intensa dinâmica competitiva e importantes avanços estratégicos. A TIM manteve sua trajetória de crescimento sustentável, cumprindo integralmente suas metas anuais e reforçando sua posição de liderança no mercado brasileiro de telecomunicações.

Nossa receita de serviços continuou a avançar de forma consistente ao longo do ano, sustentada pelo bom desempenho dos segmentos móvel, banda larga e B2B. A evolução operacional, combinada a uma disciplina rigorosa de custos e alocação eficiente de capital, resultou em margens históricas e em um ciclo contínuo de geração de valor para nossos acionistas.

A Companhia encerrou 2025 entregando:

- Crescimento sólido da receita de serviços, em linha com o guidance, impulsionado por uma base de clientes qualificada e estratégias de monetização sustentáveis.
- EBITDA em expansão, com margem acima de 50%, refletindo eficiência operacional e digitalização contínua de processos.
- Disciplina de investimentos, preservando capex eficiente e direcionado às oportunidades mais relevantes, incluindo a ampliação da cobertura e capacidade da rede 5G.
- Avanço expressivo na geração de Fluxo de Caixa Operacional, apoiando a manutenção de níveis saudáveis de alavancagem.
- Um dos mais elevados patamares históricos de lucro líquido, reforçando a consistência da performance financeira.

¹ Todos os números financeiros são normalizados para itens não recorrentes para melhor representar a dinâmica dos negócios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mantivemos também forte compromisso com remuneração ao acionista, com juros sobre capital próprio, dividendos e programa de recompra acelerado, em linha com nossa estratégia de retorno sustentável de capital.

Além disso, seguimos fortalecendo nosso posicionamento competitivo por meio de melhorias na experiência do cliente, evolução contínua da rede e expansão de parcerias estratégicas, incluindo iniciativas relevantes no segmento B2B e em soluções digitais, como projetos de conectividade avançada em grandes operações corporativas.

Com os resultados no caminho certo e tendo cumprido integralmente as metas de 2025, a TIM entra em 2026 preparada para avançar em sua jornada de crescimento.

Negócios

Móveis

Em 2025, a operação móvel manteve seu fortalecimento, impulsionada pela estratégia de monetização da base por meio da migração para planos de maior valor. Como resultado, a companhia registrou crescimento de 8,4% na base pós-paga e aumento de 4,7% no ARPU Pós-pago ex-M2M ao longo do ano.

Esse desempenho reflete o foco da empresa em reforçar seus principais atributos. Em 2025, aceleramos a expansão nacional do 5G, alcançando quase 1.000 cidades em todo o Brasil, além de avançarmos na modernização da rede em São Paulo e Minas. Com isso, a TIM foi reconhecida pelo quarto ano consecutivo como líder em Qualidade Consistente no Relatório de Experiência da Rede Móvel da OpenSignal.

A companhia também segue se destacando pela excelência no atendimento: permanecemos como a primeira empresa do Brasil a conquistar e manter o Selo de Eficiência do Procon-SP por 30 meses consecutivos, sendo a única a preservar essa certificação. Além disso, mantemos o selo RA1000 do Reclame Aqui, com índice de resolubilidade de 91,2%, reforçando nosso compromisso com o cliente.

Ultrafibra

A TIM UltraFibra encerrou 2025 com 850 mil conexões, aumentando a base clientes em 60 mil acessos (um aumento de 7,6% ano a ano), reestabelecendo sua trajetória de crescimento, com a base FTTH como principal alavanca. Planos de maior valor, com velocidade de 400 Mbps ou mais, continuam ganhando mais relevância, alcançando 90% da base total em 31 de dezembro de 2025.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Corporativo

No corporativo, continuamos trabalhando para aumentar nossa participação de mercado B2B, por meio da melhoria do portfólio de mobile tradicional e TIC, além do lançamento de novas soluções. A expansão do mercado B2B impulsionará uma onda de produtividade em indústrias-chave no Brasil. Ao capitalizar a expansão da conectividade IoT como base, buscamos aproveitar uma variedade de soluções e serviços. Estabelecendo parcerias estratégicas com líderes em quatro setores essenciais – agricultura, logística, utilidades e indústria – nosso objetivo é liderar e catalisar a transformação digital na indústria brasileira. Nosso compromisso está em promover a inovação e a eficiência em setores vitais para o progresso econômico do país.

Fortalecemos nossa posição como força líder na transformação digital de áreas rurais, rodovias e cidades brasileiras, expandindo a conectividade para regiões anteriormente carentes e possibilitando ganhos significativos em produtividade, eficiência e impacto social. No agronegócio, a cobertura do NB IoT cresceu mais de 25%, enquanto a cobertura 4G para IoT rural atingiu 26,2 milhões de hectares, avançando mais de 32% e reforçando nosso papel na automação e inteligência operacional em todo o setor. Na logística, ampliamos a cobertura para 10.259 quilômetros de rodovias — um aumento de 83% — permitindo soluções avançadas de rastreamento, telemetria e segurança. Do ponto de vista socioambiental, conectamos 2,6 milhões de pessoas em áreas rurais, expandimos o serviço para mais de 53.000 fazendas e registramos um aumento de 38,7% na iluminação pública inteligente, totalizando 472.000 pontos instalados, demonstrando como nossa infraestrutura IoT acelera o desenvolvimento em regiões historicamente pouco atendidas.

Prêmios e Conquistas

- Reconhecida para S&P por uma década de compromisso internacional com índices ESG: Contribuição ativa e score S&P Global ESG 81;
- Pelo 3 ano consecutivo, a TIM é líder climática da “A List” pelo CDP;
- Única Telecom nos índices ESG da B3: relatórios transparentes de gestão climática e sustentabilidade integrada ao negócio, permanecendo há 17 anos na carteira ISE B3

Ambiente Macroeconômico

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente econômico ainda desafiador no Brasil, embora com sinais de moderação em relação às pressões observadas em 2024. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou dezembro de 2025 com variação mensal de 0,33%, acumulando alta de 4,26% nos últimos 12 meses. A desaceleração inflacionária decorreu principalmente da normalização parcial de preços de alimentos e de commodities, embora alguns grupos, especialmente serviços, tenham mantido variações acima da média devido à demanda ainda aquecida em parte do ano.

O Banco Central do Brasil (BCB) manteve uma postura restritiva durante grande parte de 2025, mantendo a taxa básica de juros (SELIC) elevada em 15% ao ano, nível mais alto em quase duas décadas. Ao final do ano, essa taxa permaneceu estável, com indicações de que cortes poderiam começar ao longo de 2026, caso os dados realinharem-se às metas de inflação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O câmbio apresentou oscilações relevantes no câmbio. Diferentemente da forte desvalorização registrada em 2024, o ano de 2025 foi marcado por apreciação do real frente ao dólar, com o câmbio fechando o ano em R\$5,50. Ao longo de 2025, a cotação variou entre máximas acima de R\$ 6,30 no início do ano e mínimas próximas a R\$ 5,27 em novembro.

Desempenho Financeiro

Receita Operacional

Descrição	2025	2024	% A/A
R\$ milhões			
Receita Líquida Total	26.625	25.448	4,6%
Receita de Serviços	25.856	24.587	5,2%
Serviço Móvel	24.519	23.256	5,4%
Gerada pelo Cliente	22.961	21.605	6,3%
Interconexão	345	349	-1,0%
Plataforma de Clientes	129	219	-41,2%
Outras Receitas	1.084	1.083	0,0%
Serviço Fixo	1.337	1.331	0,4%
dos quais TM Ultrafibra	910	921	-1,2%
Receita de Produtos	769	860	-10,6%

Em 2025, a Receita Líquida Total e a Receita de Serviços apresentaram alta de 4,6% A/A e 5,2% A/A, respectivamente, impulsionadas pelo desempenho sólido da receita de Serviços Móveis em 2025, superando a inflação de 2025 (IPCA 2025: 4,26%).

Custos e Despesas Operacionais

Descrição	2025	2024	% A/A
R\$ milhões			
Custos Reportados da Operação	(13.095)	(12.833)	2,0%
Pessoal	(1.484)	(1.486)	-0,2%
Comercialização	(3.781)	(3.899)	-3,0%
Rede e Interconexão	(4.926)	(4.508)	9,3%
Gerais e Administrativos	(864)	(883)	-2,2%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(1.062)	(1.104)	-3,8%
Provisão para Devedores Duvidosos	(766)	(693)	10,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(212)	(259)	-18,0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os **Custos e Despesas Operacionais** atingiram R\$ 13.095 milhões em 2025, permanecendo consideravelmente abaixo da inflação registrada no ano (4,26%). O resultado reforça mais uma vez a eficácia das ações realizadas pela Companhia para maior eficiência e controle do Opex.

Do EBITDA ao Lucro Líquido

Descrição	2025	2024	% A/A
R\$ milhões			
EBITDA Ajustado	13.530	12.625	7,2%
Margem EBITDA Ajustado	50,8%	49,6%	1,2 p.p.
Equivalência Patrimonial	(108)	(83)	30,6%
Receitas/Despesas Não Recorrentes	-	(10)	n.a.
EBITDA	13.422	12.533	7,1%
Depreciação & Amortização	(7.078)	(7.026)	0,7%
Amortização	(1.962)	(1.917)	2,4%
EBIT	6.344	5.507	15,2%
Margem EBIT	23,8%	21,6%	2,2 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(1.784)	(1.884)	-5,3%
Despesas Financeiras	(3.350)	(2.817)	18,9%
Receitas Financeiras	1.630	862	89,1%
Variações Cambiais, Líquidas	(64)	71	n.a.
Lucro Antes dos Impostos	4.560	3.622	25,9%
Imposto de Renda e Cont.Social	(248)	(469)	-47,1%
Lucro Líquido	4.312	3.154	36,7%

EBITDA Ajustado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e Equivalência Patrimonial)

O EBITDA Ajustado ao final de 2025 totalizou R\$ 13.530 milhões, um crescimento de 7,2% A/A, refletindo a combinação de uma consistente evolução na receita de serviços aliada a uma gestão disciplinada de controle dos custos operacionais. A Margem EBITDA Ajustada encerrou 2025 em 50,8%, aumentando em 1,2 p.p. o resultado obtido em 2024.

	DESCRIÇÃO	2025	2024	% A/A
Reconciliação EBITDA	R\$ milhões			
	Lucro Líquido	4.312	3.154	36,7%
	Depreciação & Amortização	7.078	7.026	0,7%
	Resultado Financeiro Líquido	1.784	1.884	-5,3%
	Imposto de renda e cont.social	248	469	-47,1%
	EBITDA	13.422	12.533	7,1%
	Equivalência Patrimonial	108	83	30,6%
	Receitas / Despesas não recorrentes	-	10	n.a.
	EBITDA Ajustado	13.530	12.625	7,2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

Em 2025, o D&A registrou leve alta de 0,7% A/A, em razão do aumento da depreciação de equipamentos de transmissão e da maior amortização de softwares.

O EBIT fechou 2025 com um total de R\$ 6.344 milhões, aumentando em 15,2% na comparação com o fechamento de 2024, com uma margem de 23,8%.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2025, o Resultado Financeiro teve melhora de 5,3% A/A, impactada por um maior rendimento das aplicações financeiras, sustentado por uma posição de caixa mais robusta e pela alta da taxa básica de juros nos últimos 12 meses, somado ao efeito favorável da marcação a mercado dos contratos de derivativos e acrescido pela valorização do Fundo 5G, ainda que parcialmente limitado pelo impacto adverso do aumento dos encargos de juros sobre arrendamentos e pelo término da parceria estratégica em serviços financeiros.

Imposto De Renda e Contribuição Social

Em 2025, o IR/CS somou -R\$ 248 milhões comparado a -R\$ 469 milhões em 2024, influenciado também pelo maior volume de Juros Sobre Capital Próprio declarados em 2025, pelo incremento de benefícios fiscais e pelo efeito do acordo de encerramento da parceria estratégica em serviços financeiros.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido totalizou R\$ 4.312 milhões no ano de 2025, ante R\$ 3,154 milhões no ano de 2024. Este resultado representou uma expansão de 36,7% A/A.

Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

Descrição	2025	2024	% A/A
R\$ milhões			
Posição de Caixa Inicial	3 259	3 078	5,9%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13 440	12 332	9,0%
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades de investimento	(3 561)	(4 954)	-28,1%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(9 528)	(7 197)	32,4%
Posição de Caixa Final	3 610	3 259	10,8%

Em 2025, o FCOL somou R\$ 5.349 milhões, um robusto crescimento de 16% A/A, impulsionado por uma alta de 15,7% A/A do fluxo de caixa operacional e uma redução no pagamento de leases.

DÍVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Emissões	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
R\$ milhões						
Debêntures	BRL	IPCA + 4,0432% a.a.	06/28	685	1.364	2.049
BNDES Finance	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	56	274	330
BNB	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	185	215	400
Dívida Financeira Total				926	1.853	2.779
Licença (5G)	BRL	Selic	12/40	69	902	971
Dívida Total Antes do Lease				994	2.755	3.750
Lease Total	BRL	IPCA/ICPM (13,38% a.a.)	04/50	1.669	11.862	13.531
Dívida Total				2.663	14.617	17.280

*Média ponderada da taxa de juros dos contratos de leasing.

Dívida Líquida

Descrição	4T25	3T25	2T25	1T25
R\$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	926	955	951	339
Dívida de Longo Prazo	1.853	1.900	1.955	2.669
Dívida Financeira Total	2.779	2.855	2.906	3.008
Caixa e Equivalentes de Caixa + TVM	(5.885)	(6.529)	(6.474)	(5.327)
Derivativos Líquidos-ex C6	(283)	(195)	(214)	(152)
Dívida Financeira Líquida	(3.389)	(3.668)	(3.737)	(3.440)
Licença (5G)	971	1.015	989	966
Dívida Líquida AL	(2.418)	(2.653)	(2.748)	(2.474)
Lease Total	13.531	13.264	13.075	12.555
Dívida Líquida Total	11.112	10.611	10.327	10.081
Dívida Líquida AL/EBITDA AL Normalizado*	-0,23x	-0,28x	-0,18x	-0,15x
Dívida Líquida Total/EBITDA Normalizado	0,82x	0,79x	0,87x	0,86x

*EBITDA 12M "após o pagamento de leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a leases financeiros.

Dívida Por Vencimento

Ano	Pro-Forma	Incluindo IFRS 9, 15 e 16
R\$ milhões		
2027	990	2.576
2028	838	2.561
2029	124	1.672
2030	124	1.273
Após 2030	678	6.535
Dívida Total	2.755	14.617

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Dívida Total pós-hedge (incluindo os derivativos líquidos no valor de R\$ 283 milhões) totalizou R\$ 16.997 milhões ao final de dezembro de 2025, um incremento de R\$ 791 milhões vs. 4T24. A elevação da dívida resulta da combinação entre o aumento dos *leases* e a redução parcial da dívida financeira total.

As posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 5.885 milhões ao final de dezembro de 2025, representando um aumento de 3,4% A/A, decorrente da geração de caixa operacional no período.

Ambiental, Social e Governança (ASG ou ESG)

A TIM apresenta uma sólida trajetória em ESG, sendo reconhecida nacional e internacionalmente por suas práticas em sustentabilidade, governança e responsabilidade social. Em 2025, a TIM foi a única empresa do setor de telecomunicações a ser reconhecida pela B3 durante a COP30, em Belém, por integrar simultaneamente os três principais índices ESG do mercado brasileiro: ISE, ICO2 e IDIVERSA. A homenagem destacou o compromisso da Companhia com práticas sustentáveis e reforçou a importância da agenda ESG como pilar fundamental para o negócio.

Além disso, a Companhia demonstra forte atuação ambiental, reportando emissões ao CDP desde 2010 e pelo terceiro ano consecutivo, integra a A-List do CDP Climate Change, mantendo sua liderança na gestão das mudanças climáticas. Para dar transparência às suas práticas e ações, a TIM publica desde 2007 relatórios de sustentabilidade seguindo as diretrizes GRI e conta com asseguração independente desde 2009.

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a Companhia desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis. Também mantém para livre consulta dos seus stakeholders suas políticas em temas como Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras. Em sua matriz de materialidade atualizada em 2024, a TIM destaca nove temas essenciais, que incluem inovação e tecnologia, inclusão digital, privacidade e segurança de dados, eficiência energética e ética e compliance, reforçando sua estratégia orientada à dupla materialidade e ao engajamento de stakeholders.

Para mais informações sobre a gestão de aspectos ESG na TIM, consulte os Relatórios ESG em <https://ri.tim.com.br/esg/relatorios-esg/>.

Governança Corporativa

A Companhia adota um sistema de governança corporativa alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais, compatível com sua condição de companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 e registrada perante a U.S. Securities and Exchange Commission – SEC.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A estrutura de governança tem como finalidade assegurar a adequada supervisão da gestão, a integridade e a transparência do processo de elaboração das demonstrações financeiras, a efetividade dos controles internos e a gestão responsável dos riscos corporativos, sustentando a criação de valor no longo prazo.

A governança é exercida por um Conselho de Administração, uma Diretoria Estatutária e um Conselho Fiscal de funcionamento permanente. No exercício de suas atribuições, o Conselho de Administração é assessorado por comitês especializados, a saber: o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*, responsáveis por apoiar o órgão em matérias relevantes e no aprimoramento do processo decisório.

Os deveres e responsabilidades e prerrogativas desses órgãos estão previstos na legislação societária brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado e nos Regimentos Internos de cada órgão social.

A atuação da Companhia e de seus administradores é pautada pelos princípios de transparência, integridade, ética e responsabilidade corporativa, os quais norteiam a condução dos negócios, o relacionamento com partes interessadas e a divulgação de informações confiáveis e tempestivas ao mercado, em observância às diretrizes do Código de Ética e Conduta da Companhia.

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2025, o CDA era formado por 10 (dez) membros, dos quais 4 (quatro) independentes, atendendo aos requisitos do Novo Mercado e contribuindo para decisões colegiadas com julgamento técnico e imparcial.

A Diretoria é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de dois anos, admitida a reeleição e podendo ser destituídos a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria era composta por 6 (seis) membros.

O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, com respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2025, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos profissionais independentes e reconhecidos pelo mercado

Remuneração ao Acionista

Dividendos e JSCP

A tabela abaixo resume todos os valores aprovados, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP") realizados pela TIM S.A. ao longo de 2025:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Data de Aprovação	Data de Pagamento	Data Ex-Direito	Natureza	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
10/02/2025	22/04/2025	18/02/2025	JSCP	0,082624038	200.000.000
24/03/2025	30/06/2026	01/04/2025	JSCP	0,202495716	490.000.000
05/05/2025	23/07/2025	22/05/2025	JSCP	0,124084855	300.000.000
22/07/2025	21/10/2025	26/07/2025	JSCP	0,132315100	320.000.000
23/09/2025	21/01/2026	29/09/2025	JSCP	0,199459574	480.000.000
16/12/2025	30/06/2026	23/12/2025	JSCP	0,175576044	420.000.000
16/12/2025	30/12/2026	22/12/2025	Dividendos	0,7482883774	1.790.000.000
Total					R\$ 4.000.000.000

Desse modo, a TIM declarou um montante total de R\$ 2,210 bilhão de JCP em 2025. Adicionalmente, foram pagos dividendos referentes ao exercício de 2025, no valor de R\$ 1,790 bilhão, totalizando R\$ 4 bilhões em proventos deliberados ao longo do exercício.

Programa de Recompra

Em 2025 a Companhia totalizou 33,5 milhões de ações recompradas no âmbito do Programa de Recompra de Ações atualmente em vigor, com objetivo principal de incrementar o valor aos acionistas através do emprego eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da TIM. Em 16 de dezembro de 2025, a Companhia divulgou Fato Relevante, informando ao mercado o cancelamento de 28.678.509 de ações.

Eventos do Exercício e Subsequentes**Remuneração aos Acionistas**

No dia 16 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da TIM S.A. aprovou a distribuição de Juros sobre Capital Próprio nos montantes de R\$ 480 milhões, além de aprovar a distribuição de Dividendos no montante de 1,790 milhões. Para mais detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.

Cancelamento de Ações em Tesouraria

No dia 16 de dezembro de 2025, a TIM S.A. comunicou ao mercado que, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 28.678.509 ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, as quais foram adquiridas no âmbito do seu Programa de Recompra. Em função do cancelamento das ações, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 2.392.125.889 ações ordinárias. Para mais detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A..

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aquisição V8. TECH

No dia 27 de novembro de 2025, a TIM S.A. comunicou ao mercado que, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato”) para aquisição de 100% do capital social da V8 Consulting S.A. (“V8. Tech”). A Operação reforça a estratégia da TIM voltada para o B2B, ampliando significativamente a capacidade da Companhia de oferecer soluções completas de transformação digital. Para mais detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A..

Auditoria Independente

Em 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes Ltda. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa.

No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria efetuados. Os auditores independentes possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

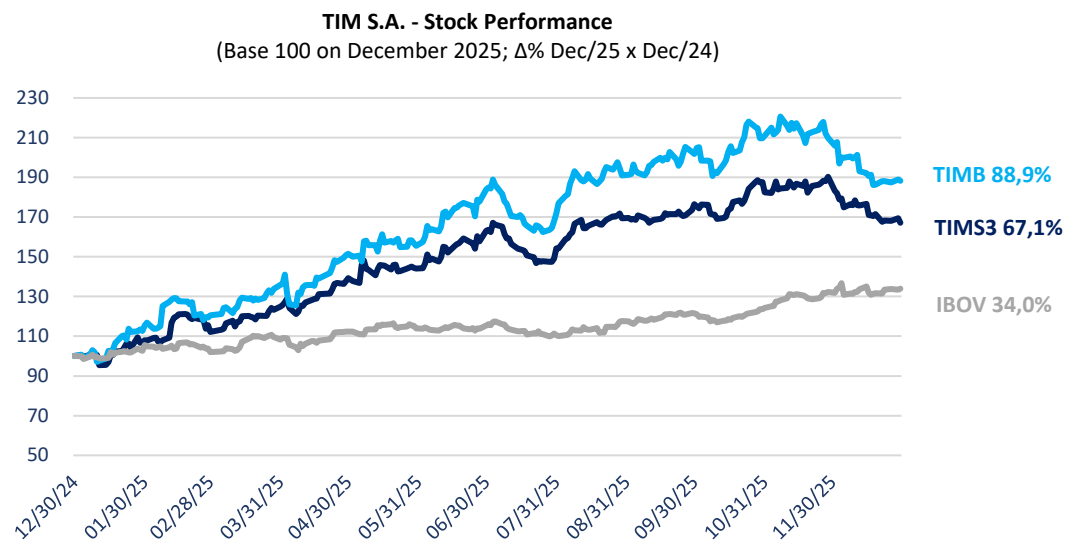
A Companhia destaca ainda que está sujeita a uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2025 em 161.125 pontos, acumulando uma valorização de 33,95% quando comparado ao ano anterior. A bolsa brasileira registrou 32 recordes de fechamento ao longo do ano.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A Companhia encerrou 2025 com suas ações ordinárias cotadas a R\$ 21,34 na B3, uma valorização de 67,1% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de US\$ 19,50, valorizando de 88,9%% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R\$ 59,0 bilhões ou US\$ 11 bilhões.

Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 67,48 % do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2025 (66,59% em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em 31 de dezembro de 2025, a TIM detém participação societária de 49% (49% em 31 de dezembro de 2024) na companhia I-Systems (coligada).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Notas Explicativas

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia da Companhia é focada na otimização dos resultados. Apesar de haver atividades operacionais diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia opta por mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, A Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Notas Explicativas

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de fevereiro de 2026.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

f.1 As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2025.

IAS 21/CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao *Lack of Exchangeability*, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras.

CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB.

O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos.

Notas Explicativas

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

Em observância aos parágrafos 88C e 88D do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia informa que está avaliando os possíveis impactos decorrentes da legislação do Pilar Dois, iniciativa global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”). Essa legislação estabelece uma tributação mínima para grandes grupos empresariais que se enquadram dentro do escopo dessas regras, os quais devem calcular sua alíquota efetiva em cada país onde operam. No contexto dessa regulamentação, essa alíquota é denominada "GloBE Effective Tax Rate" ou alíquota efetiva GloBE.

Caso a alíquota efetiva GloBE de alguma entidade do grupo econômico, considerada por jurisdição onde o grupo atua, seja inferior à alíquota mínima de 15%, a multinacional será obrigada a pagar um tributo adicional sobre o lucro, referente à diferença entre sua alíquota efetiva GloBE e a alíquota mínima estabelecida.

A referida norma foi inicialmente apresentada pela Medida Provisória nº 1.262 de 03 de outubro de 2024 e posteriormente foi objeto da Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, a qual Institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária – Regras GloBE a partir de 2025.

As mencionadas regras passaram a ser aplicáveis ao nosso grupo a partir de 2025, dado que as entidades que o constituem auferiram receitas superiores de € 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de euros) nas demonstrações financeiras consolidadas da entidade Investidora Final (Telecom Italia) nos últimos 4 (quatro) anos fiscais. A Companhia continua realizando estudos para verificar possíveis impactos da aplicação do Pilar Dois em decorrência das operações do Grupo Telecom Italia no Brasil. Para o ano de 2025, com base em estudos realizados até o momento, não houve impactos significativos, uma vez que a Companhia atendeu aos limites estabelecidos.

f.2 As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício (“DRE”), incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

Notas Explicativas

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

A adoção da IFRS 18 não altera valores de ativos, passivos ou patrimônio líquido, mas impacta significativamente a forma de apresentação das demonstrações financeiras. A principal mudança ocorre na Demonstração do Resultado, que passa a apresentar receitas e despesas classificadas nas categorias operacional, investimento e financiamento, além da inclusão dos subtotais obrigatórios de Lucro Operacional e Lucro antes de Financiamento e Imposto de Renda. Essa reestruturação implica na realocação de itens anteriormente apresentados como resultado financeiro, conforme as novas definições.

No fluxo de caixa, a conciliação pelo método indireto passa a iniciar pelo Lucro Operacional, refletindo a nova estrutura das demonstrações do resultado do exercício (DRE) e garantindo maior alinhamento entre as categorias.

Em síntese, os efeitos esperados na Companhia concentram-se na apresentação e transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio, mas com necessidade de adequação das notas explicativas e dos sistemas internos para classificação das transações conforme as novas categorias.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - *MPMs*); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação

Notas Explicativas

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.

Alteração IAS 21 – Conversão das demonstrações financeiras para moeda não hiperinflacionária

Em novembro de 2025, o IASB emitiu alterações ao IAS 21, trazendo orientações adicionais sobre como as entidades devem converter demonstrações financeiras preparadas em moeda não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação hiperinflacionária.

Essas alterações, de caráter pontual, visam aprimorar a qualidade das informações e reduzir a diversidade de práticas, proporcionando maior consistência na elaboração de relatórios em economias hiperinflacionárias.

As alterações ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio – são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.

Não são esperados impactos materiais sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência destas alterações.

Notas Explicativas

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, com base na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) *Provisão para processos judiciais e administrativos tributários*

Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(b) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(c) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(d) *Arrendamentos*

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 17), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou mensurados ao valor justo por meio do resultado, respectivamente.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	2025	2024
Caixa e bancos	85.873	81.177
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:		
CDB	3.524.451	3.177.566
	<u>3.610.324</u>	<u>3.258.743</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, o que lhes confere alta liquidez, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não possui risco de perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média das aplicações no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referente aos CDB's é de 100,49% a.a. (101,09% em 31 de dezembro de 2024), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	2025	2024
FUNCINE ⁽ⁱ⁾	26.339	15.241
Fundo Soberano ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.518	2.404
FIC: ⁽ⁱⁱⁱ⁾		
Títulos Públicos ^(a)	1.609.536	1.716.706
CDB ^(b)	3.583	18.897
Letra Financeira ^(c)	343.824	394.343
Outros ^(d)	315.855	302.091
	<u>2.300.655</u>	<u>2.449.682</u>
Parcela circulante	(2.274.316)	(2.434.441)
Parcela não circulante	26.339	15.241

i) Desde 2017, a Companhia, com o objetivo de apoiar a Indústria Cinematográfica Nacional, bem como, de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 0,17% a.a. (1,47 % a.a em 31 de dezembro de 2024).

(iii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 99,30% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,20% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

(iii) A Companhia investe em FIC's exclusivos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, dos FIC's foi de 101,99% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (105,14% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

- (a) Títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.
- (b) Os CDBs são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras.
- (d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (“unbilled”). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (“impairment”).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e perspectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Valores com previsão de recebimento superior a 12 meses estão classificados no longo prazo.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Contas a receber de clientes	5.039.083	4.815.750
Contas a receber bruta	5.741.906	5.486.319
Serviços faturados	2.695.504	2.481.786
Serviços a faturar ("unbilled")	1.418.994	1.302.906
Uso de rede	997.297	992.414
Venda de mercadorias	603.882	684.858
Ativo contratual (nota 22)	25.898	24.027
Outras contas a receber	331	328
Perdas por crédito de liquidação esperada	(702.823)	(670.569)
Parcela circulante	(4.901.777)	(4.677.935)
Parcela não circulante	137.306	137.815

Notas Explicativas

Em função da parceria financeira, existente entre TIM e Banco C6 S.A. entre 2020 e fevereiro de 2025, havia saldos de contas a receber pela TIM relativos a taxas de ativação de clientes C6. O Acordo firmado entre a TIM e o Banco C6, em 11 de fevereiro de 2025, teve por objetivo encerrar a parceria e extinguir todas as disputas em curso, incluindo quatro procedimentos arbitrais. Após a aprovação da CIMA (Autoridade Monetária das Ilhas Cayman) em março de 2025, as ações (nota 12) e bônus de subscrição em circulação detidos pela TIM (nota 36) tiveram sua baixa contábil integralmente realizada e passaram a compor o saldo de contas a receber da Companhia (R\$520 milhões). Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$520 milhões foi integralmente recebido, liquidando o acordo.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	670.569	629.739
Constituição de provisão	765.783	693.122
Baixas de Provisão	(733.529)	(652.292)
Saldo Final	702.823	670.569

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2025	2024
Total	5.741.906	5.486.319
A vencer	4.239.134	3.917.182
Vencidos até 30 dias	428.654	372.836
Vencidos até 60 dias	139.462	123.183
Vencidos até 90 dias	127.781	149.653
Vencidos até 120 dias	121.913	105.426
Vencidos a mais de 120 dias	684.962	818.039

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2025	2024
Total Estoques	357.204	293.529
Estoques	376.768	310.054
Aparelhos celulares e tablets	269.596	187.866
Acessórios e cartões pré-pagos	88.601	98.868
TIM chips	18.571	23.320
Perdas para ajuste ao valor de realização	(19.564)	(16.525)

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

8.a Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	327.184	326.256
Imposto de renda	256.914	200.802
Contribuição social	70.270	125.454
Parcela circulante	(68.769)	(111.376)
Parcela não circulante	258.415	214.880

Em 2021, com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC em processos de repetição de indébito, a TIM registrou IRPJ e CSLL a recuperar baseado em sua melhor estimativa, naquela data, no valor de R\$ 535 milhões (principal). Até 31 de dezembro de 2025, a correção monetária total reconhecida foi de R\$ 133 milhões.

No terceiro trimestre de 2023, a ação judicial da TIM transitou em julgado e a Companhia obteve habilitação dos créditos perante a Receita Federal do Brasil. Em função disso, realizou a reclassificação de R\$ 156 milhões para o imposto de renda e contribuição social diferidos, sendo R\$ 114 milhões e R\$ 42 milhões de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, respectivamente.

Nos exercícios de 2023 e 2024, a Companhia utilizou, respectivamente, R\$ 151 milhões e R\$ 231 milhões em créditos para compensação de tributos federais. Em 2025, foi realizada a compensação de R\$ 115 milhões desses créditos.

Em 2025, a Companhia reconheceu créditos de IRPJ no montante de R\$ 81 milhões, decorrentes do êxito em ação judicial que discutia a limitação no cálculo de incentivos fiscais, sendo o montante de R\$ 14 milhões compensado até 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, em decorrência dessa decisão, foi realizada a recomposição da base de prejuízo fiscal no montante de R\$ 224 milhões, a qual foi integralmente compensado neste exercício.

A Companhia possui saldos a compensar de IRPJ e CSLL no montante R\$ 220 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 207 milhões em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de pagamento a maior de períodos anteriores cujos processos de restituição estão em andamento.

No exercício a Companhia realizou antecipação por meio de depósitos no Banco do Nordeste, no montante de R\$ 31 milhões, com objetivo de utilizar o incentivo fiscal de reinvestimento, que destina parcela do IRPJ devido a depósito vinculado, nos termos do art. 668 do RIR/2018.

8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2025, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher	181.497	46.610
Imposto de renda	76.518	-
Contribuição social	104.979	46.610
Parcela circulante	(162.102)	(46.610)
Parcela não circulante	19.395	-

8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, quando aplicável; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob o histórico de lucratividade e/ou quando fundamentado nas projeções anualmente preparadas pela Companhia.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2025	2024
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	12.132
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	515.324	536.550
Provisão para perdas de crédito esperadas	236.537	257.645
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	1.553.124	1.230.521
Instrumentos financeiros derivativos	(118.647)	(274.140)
Juros capitalizados 4G e 5G	(211.522)	(246.621)
Ajustes norma IFRS16 (ii)	826.882	730.015
Depreciação acelerada (iii)	(1.035.883)	(990.374)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (v)	192.507	269.172
Ágio amortizado – Cozani	(544.596)	(388.245)
Outros ativos	273.245	287.234
Outros passivos	(81.890)	(92.779)
	<u>1.355.604</u>	<u>1.081.633</u>
Parcela imposto ativo diferido	<u>3.597.619</u>	<u>3.323.269</u>
Parcela imposto passivo diferido	<u>(2.242.015)</u>	<u>(2.241.636)</u>

Notas Explicativas

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 a 2025 da TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020 a 2025 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representa a adição de novos contratos de leasing. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil (juros e depreciação) e fiscal (contraprestação de serviço), nos termos da legislação vigente.

(iii) Desde o 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda (vide nota 14).

(v) Representa o diferido constituído referente ao *impairment* de ativos tangíveis reconhecido pela Cozani antes de sua aquisição em abril de 2022, que vem sendo depreciado ao longo da vida útil estimada do ativo. A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais no montante de R\$ 68 milhões no período de janeiro até dezembro de 2025, em razão da recomposição desses créditos após êxito em ação judicial que discutia a limitação no cálculo de incentivos fiscais (R\$ 189 milhões em 31 de dezembro de 2024).

8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(668.716)	(426.340)
Contribuição social do exercício	(301.454)	(200.270)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	442.136	333.359
	(528.034)	(293.251)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	197.982	(159.994)
Contribuição social diferida	75.641	(15.337)
	273.623	(175.331)
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	6.384	-
	280.007	(175.331)
	(248.027)	(468.582)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.560.011	3.622.463
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.550.404)	(1.231.637)
(Adições) / exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	(36.652)	(28.059)
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	70.518	12.848
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(25.500)	(60.670)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	442.136	333.359
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	751.400	493.000
Outros valores	100.475	12.577
	1.302.377	763.055
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(248.027)	(468.582)
Alíquota efetiva	5,44%	12,94%

- (i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar

	2025	2024
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	2.050.592	1.853.456
ICMS (i)	1.255.059	1.235.119
PIS / COFINS (ii)	556.036	330.019
IRRF sobre aplicações financeiras	30.019	93.008
ISS a recuperar (iii)	109.314	109.314
Outros	100.164	85.996
Parcela circulante	(1.138.888)	(946.103)
Parcela não circulante	911.704	907.353

- (i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

Notas Explicativas

- (ii) O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.
- (iii) O ISS a recuperar é oriundo de recolhimento a maior, a Companhia e ingressou com pedido de restituição administrativo junto ao ente, em consonância com a legislação vigente.

10. Despesas antecipadas

	2025	2024
Despesas Antecipadas	669.609	562.141
Propagandas não veiculadas (i)	11.814	20.331
Aluguéis e seguros	89.791	83.603
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	215.250	188.269
Despesas antecipadas contratuais (iii)	324.561	251.181
Outros	28.193	18.757
 Parcela circulante	 (329.362)	 (280.851)
Parcela não circulante	340.247	281.290

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iii) Representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

11. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	2025	2024
Depósitos judiciais	677.150	677.530
Cível e Regulatório	262.019	290.696
Trabalhista	58.532	54.954
Tributário	254.927	239.093
Penhora Online (i)	101.672	92.787

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Notas Explicativas

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se às ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de R\$ 254.927 (R\$ 239.093 em 31 de dezembro de 2024), relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 44.920 (R\$40.533 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 30.457 (R\$ 26.339 em 31 de dezembro de 2024).
- (c) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 13.990 (R\$ 12.974 em 31 de dezembro de 2024).
- (d) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 75.553 (R\$ 71.237 em 31 de dezembro de 2024).
- (e) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 46.512 (R\$ 30.039 em 31 de dezembro de 2024).
- (f) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 16.978 (R\$ 15.461 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

12. Outros ativos financeiros

	2025	2024
Outros ativos financeiros	514.109	550.669
Subscrição bônus Banco C6 (i)	-	162.958
Fundo 5G (ii)	338.792	212.394
Bônus de subscrição (iii)	175.317	175.317
Parcela não circulante	514.109	550.669

São reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro. A Companhia deve divulgar a classificação de nível de cada instrumento financeiro. Para detalhes destas informações vide nota 36 no trecho sobre Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

(i) Em março de 2025, foi obtida aprovação da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA) para o Acordo firmado em 11 de fevereiro de 2025 entre a Companhia e o Banco C6, que teve por objetivo encerrar a parceria entre as partes e extinguir todas as disputas em curso, incluindo quatro procedimentos arbitrais. O Acordo contemplou a alienação integral da participação da Companhia, incluindo todas as ações e bônus de subscrição em circulação detidos pela TIM. Com a formalização do Acordo, no primeiro trimestre de 2025, o bônus de subscrição teve sua baixa contábil integralmente realizada em contrapartida de valores a receber que foram totalmente liquidados em dezembro de 2025.

(ii) A Companhia possui investido aproximadamente R\$ 339 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 212 milhões em 2024) no Fundo de investimentos focado em soluções 5G "Upload Ventures Growth" ("Fundo 5G"), reforçando seu compromisso em impulsionar o desenvolvimento de solução baseadas em tecnologia 5G

Deste montante total, vale destacar que em 16 de janeiro de 2025, Companhia realizou aportes em dólares de aproximadamente R\$ 85 milhões (R\$ 185 milhões até 2024), no Fundo 5G.

(iii) Em abril de 2022 a Companhia entrou em uma parceria junto a EXA Serviços de Tecnologia ("EXA") para fornecimento de serviços digitais e entretenimento para a base clientes da TIM. Essa parceria previa também pagamentos de comissão pela EXA à TIM em função dos clientes da TIM que adquirirem serviços dessa parceria assim como o direito da TIM em subscrever ações mediante o pagamento de uma contraprestação.

Ao final de 2024 o contrato com novos termos da parceria foi finalizado e a TIM adquiriu o direito de subscrever 27% das ações da EXA através de uma contraprestação de R\$ 174 milhões. O valor do ativo financeiro foi registrado a valor justo por R\$175 milhões e representa 27% do valor justo do direito a participação da TIM na EXA. Esse direito poderá ser exercido nos próximos 12 meses mediante a realização de condições de exercício e aprovação societária.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros relacionados ao Fundo 5G e Bônus de subscrição, foram avaliados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, inclusive no que se refere à mensuração ao valor justo, conforme previsto nos pronunciamentos contábeis vigentes.

Notas Explicativas

13. Outros ativos

	2025	2024
Outros ativos	326.756	276.251
Adiantamento a empregados	7.547	3.819
Adiantamentos a fornecedores	61.013	48.008
Valores a receber TIM Brasil (nota 34)	23.183	23.260
Valores a receber projetos incentivados	27.080	27.391
Taxas e contribuições trabalhistas a compensar	112.471	80.610
Créditos Fistel (i)	32.966	38.033
Outros (ii)	62.496	55.130
Parcela circulante	(297.264)	(246.346)
Parcela não circulante	29.492	29.905

- (i) Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel.
- (ii) Parte substancial relacionada a: (a) outros adiantamentos no montante R\$ 8.010 (R\$ 8.267 em 31 de dezembro 2024); (b) valores de reembolso de benefícios a empregados, no montante de R\$ 16.255 (R\$ 19.255 em 31 de dezembro 2024).

14. Investimento

A participação societária em coligada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

I-Systems

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems, a TIM S.A., alienou 51% de sua participação societária em favor da IHS, como resultado desta transação, houve perda de controle e a TIM S.A. deixa de consolidar a Empresa, registrando o investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

A TIM S.A. detém 49% (49% em 31 de dezembro de 2024) de participação no capital social da I-Systems. A tabela a seguir representa as informações financeiras resumidas sobre os investimentos da empresa I-Systems:

Notas Explicativas

	2025	2024
Ativo	1.895.545	2.134.912
Ativo circulante e não circulante	254.727	388.082
Ativo tangível e intangível	1.640.818	1.746.830
Passivo e Patrimônio Líquido	1.895.545	2.134.912
Passivo circulante e não circulante	736.516	755.882
Patrimônio líquido	1.159.029	1.379.030
Participação proporcional da Companhia	49%	49%
Ajuste a valor justo	733.757	733.757
Custo do investimento	526.729	634.529
Valor do investimento	1.260.486	1.368.286
	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	(220.000)	(167.145)
Participação proporcional do Companhia	49%	49%
Participação da Companhia nos resultados da coligada	(107.800)	(82.526)

a) Participação em empresa coligada

	2025 I-Systems	2024 I-Systems
Quantidade de ações total	1.794.287.995	1.794.287.995
Participação no capital total	49%	49%
Patrimônio líquido	1.159.029	1.379.030
Prejuízo do exercício	(220.000)	(167.145)
Resultado de equivalência patrimonial	(107.800)	(82.526)
Valor do investimento	1.260.486	1.368.286

Notas Explicativas

b) Mutação do investimento em empresa coligada:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2024	1.368.286
Resultado de equivalência patrimonial	(107.800)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2025	1.260.486

15. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresenta nenhum indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos, os juros incorridos pela atualização da provisão, são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

- Movimentação do imobilizado

	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2025
Total do Custo do Imobilizado Bruto	75.732.043	5.655.358	(321.965)	-	81.065.436
Equipamentos de comutação / transmissão	41.197.166	-	(105.762)	2.384.096	43.475.500
Cabos de fibra ótica	791.983	-	-	6.754	798.737
Aparelhos em comodato	4.256.120	1.230	(43.654)	202.756	4.416.452
Infraestrutura	7.925.713	-	(19.824)	323.614	8.229.503
Bens de informática	1.806.939	-	(3.814)	9.075	1.812.200
Bens de uso geral	1.047.340	-	(1.253)	53.700	1.099.787
Direito de uso em arrendamentos	18.028.112	2.709.339	(146.461)	-	20.590.990
Terrenos	38.084	-	(98)	-	37.986
Obras em andamento	640.586	2.944.789	(1.099)	(2.979.995)	604.281
Total Depreciação Acumulada	(52.916.715)	(5.137.955)	160.685	-	(57.893.985)
Equipamentos de comutação / transmissão	(30.962.551)	(2.766.864)	101.577	-	(33.627.838)
Cabos de fibra ótica	(705.143)	(26.317)	-	-	(731.460)
Aparelhos em comodato	(3.956.664)	(222.943)	35.910	-	(4.143.697)
Infraestrutura	(5.660.027)	(358.057)	18.491	-	(5.999.593)
Bens de informática	(1.748.687)	(25.537)	3.804	-	(1.770.420)
Bens de uso geral	(803.591)	(51.091)	903	-	(853.779)
Direito de uso em arrendamentos	(9.080.052)	(1.687.146)	-	-	(10.767.198)
Total Imobilizado líquido	22.815.328	517.403	(161.280)	-	23.171.451
Equipamentos de comutação / transmissão	10.234.615	(2.766.864)	(4.185)	2.384.096	9.847.662
Cabos de fibra ótica	86.840	(26.317)	-	6.754	67.277
Aparelhos em comodato	299.456	(221.713)	(7.744)	202.756	272.755
Infraestrutura	2.265.686	(358.057)	(1.333)	323.614	2.229.910
Bens de informática	58.252	(25.537)	(10)	9.075	41.780
Bens de uso geral	243.749	(51.091)	(350)	53.700	246.008
Direito de uso em arrendamentos	8.948.060	1.022.193	(146.461)	-	9.823.792
Terrenos	38.084	-	(98)	-	37.986
Obras em andamento	640.586	2.944.789	(1.099)	(2.979.995)	604.281

Notas Explicativas

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2024
Total do Custo do Imobilizado Bruto	70.343.331	5.978.275	(589.563)	-	75.732.043
Equipamentos de comutação / transmissão	38.274.244	-	(97.312)	3.020.234	41.197.166
Cabos de fibra ótica	786.762	-	-	5.221	791.983
Aparelhos em comodato	4.082.742	842	(15.341)	187.877	4.256.120
Infraestrutura	7.737.385	-	(18.007)	206.335	7.925.713
Bens de informática	1.803.782	-	(4.220)	7.377	1.806.939
Bens de uso geral	1.004.301	-	(2.382)	45.421	1.047.340
Direito de uso em arrendamentos	15.973.178	2.506.600	(451.666)	-	18.028.112
Terrenos	38.588	-	(504)	-	38.084
Obras em andamento	642.349	3.470.833	(131)	(3.472.465)	640.586
Total Depreciação Acumulada	(47.931.516)	(5.109.364)	124.165	-	(52.916.715)
Equipamentos de comutação / transmissão	(28.413.977)	(2.639.864)	91.290	-	(30.962.551)
Cabos de fibra ótica	(644.978)	(60.165)	-	-	(705.143)
Aparelhos em comodato	(3.761.002)	(206.398)	10.736	-	(3.956.664)
Infraestrutura	(5.325.647)	(350.734)	16.354	-	(5.660.027)
Bens de informática	(1.715.818)	(36.981)	4.112	-	(1.748.687)
Bens de uso geral	(755.528)	(49.736)	1.673	-	(803.591)
Direito de uso em arrendamentos	(7.314.566)	(1.765.486)	-	-	(9.080.052)
Total Imobilizado Líquido	22.411.815	868.911	(465.398)	-	22.815.328
Equipamentos de comutação / transmissão	9.860.267	(2.639.864)	(6.022)	3.020.234	10.234.615
Cabos de fibra ótica	141.784	(60.165)	-	5.221	86.840
Aparelhos em comodato	321.740	(205.556)	(4.605)	187.877	299.456
Infraestrutura	2.411.738	(350.734)	(1.653)	206.335	2.265.686
Bens de informática	87.964	(36.981)	(108)	7.377	58.252
Bens de uso geral	248.773	(49.736)	(709)	45.421	243.749
Direito de uso em arrendamentos	8.658.612	741.114	(451.666)	-	8.948.060
Terrenos	38.588	-	(504)	-	38.084
Obras em andamento	642.349	3.470.833	(131)	(3.472.465)	640.586

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Como os critérios de capitalização previstos no IAS 23/CPC 20 não foram atendidos, os custos de empréstimos são classificados como despesas financeiras no período em que são incorridos.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.587.122	1.166.143	2.002.527	1.192.268	8.948.060
Adições (i)	1.251.461	332.877	334.802	790.199	2.709.339
Remensuração	(95.642)	(3.405)	(31.433)	(15.981)	(146.461)
Depreciação	(745.509)	(177.378)	(294.224)	(470.035)	(1.687.146)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.997.432	1.318.237	2.011.672	1.496.451	9.823.792

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.677.149	833.391	2.351.707	796.365	8.658.612
Adições (i)	879.180	514.188	227.158	886.074	2.506.600
Remensuração	(223.341)	(22.824)	(205.501)	-	(451.666)
Depreciação	(745.866)	(158.612)	(370.837)	(490.171)	(1.765.486)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.587.122	1.166.143	2.002.527	1.192.268	8.948.060

(i) A movimentação do direito de uso em arrendamentos inclui adições líquidas dos incentivos de arrendamentos, que totalizam R\$ 108 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 89 milhões em 31 de dezembro de 2024).

- Taxas de depreciação**

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	6,67 a 20
Cabos de fibra ótica	10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	20
Bens de uso geral	10 a 20
Direito de uso em arrendamentos	8 a 12

Em 2025, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados quando há expectativa de benefícios econômicos futuros e mensuração confiável.

Notas Explicativas

Deste modo, a Companhia aplica a norma CPC 20, onde custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável compõe o custo de tal ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados (por exemplo, ágios em aquisição de empresas), mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em 2024	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 2025
Total Custo do Intangível Bruto	47.460.121	1.706.746	(1.132)	-	49.165.735
Direito de uso de softwares	24.058.388	-	(1.132)	1.575.776	25.633.032
Autorizações	18.903.457	44.327	-	35.340	18.983.124
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	212.703	-	-	7.544	220.247
Lista de clientes	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	583.355	-	-	3.336	586.691
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	1.662.419	-	(1.621.996)	376.843
Total Amortização Acumulada	(32.605.161)	(1.969.183)	1.132	-	(34.573.212)
Direito de uso de softwares	(21.722.385)	(983.061)	1.132	-	(22.704.314)
Autorizações	(10.272.479)	(899.414)	-	-	(11.171.893)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(108.270)	(11.996)	-	-	(120.266)
Lista de clientes	(88.219)	(33.082)	-	-	(121.301)
Outros ativos	(413.808)	(41.630)	-	-	(455.438)
Total Intangível Líquido	14.854.960	(262.437)	-	-	14.592.523
Direito de uso de softwares (c)	2.336.003	(983.061)	-	1.575.776	2.928.718
Autorizações (f)	8.630.978	(855.087)	-	35.340	7.811.231
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	104.433	(11.996)	-	7.544	99.981
Lista de clientes	165.410	(33.082)	-	-	132.328
Outros ativos	169.547	(41.630)	-	3.336	131.253
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	1.662.419	-	(1.621.996)	376.843

Notas Explicativas

	Saldo em 2023	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 2024
Total Custo do Intangível Bruto	46.313.583	1.146.747	(209)	-	47.460.121
Direito de uso de softwares	23.167.846	-	(54)	890.596	24.058.388
Autorizações	18.794.239	63.915	-	45.303	18.903.457
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	207.589	-	-	5.114	212.703
Lista de clientes	253.629,00	-	-	-	253.629
Outros ativos	574.245	-	-	9.110	583.355
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	1.082.832	(155)	(950.123)	336.420
Total Amortização Acumulada	(30.688.542)	(1.916.673)	54	-	(32.605.161)
Direito de uso de softwares	(20.785.708)	(936.731)	54	-	(21.722.385)
Autorizações	(9.377.907)	(894.572)	-	-	(10.272.479)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(97.174)	(11.096)	-	-	(108.270)
Lista de clientes	(55.137)	(33.082)	-	-	(88.219)
Outros ativos	(372.616)	(41.192)	-	-	(413.808)
Total Intangível Líquido	15.625.041	(769.926)	(155)	-	14.854.960
Direito de uso de softwares (c)	2.382.138	(936.731)	-	890.596	2.336.003
Autorizações (f)	9.416.332	(830.657)	-	45.303	8.630.978
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	110.415	(11.096)	-	5.114	104.433
Lista de clientes	198.492,00	(33.082)	-	-	165.410
Outros ativos	201.629	(41.192)	-	9.110	169.547
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	1.082.832	(155)	(950.123)	336.420

Os ativos intangíveis em desenvolvimento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 25
Direito de uso de infraestrutura	até 5
Outros ativos	até 10
Lista de Cliente Cozani	13,04
Mais valia autorizações Cozani	5,66

Notas Explicativas

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	2025	2024
Ágios registrados	3.112.169	3.112.169
Aquisição da Cozani	2.636.426	2.636.426
Aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ	108.172	108.172
Aquisição da “Intelig” pela TIM Participações	210.015	210.015
Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste	157.556	157.556

Ágio na aquisição da Cozani

Em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio no valor R\$2.636.426, o qual consta registrado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Dentre os ativos identificados no processo de combinação de negócios da Cozani, a Companhia identificou uma mais valia das radiofrequências adquiridas no valor de R\$3.038.951 e de lista de clientes de R\$253.629.

No dia 4 de outubro de 2023, o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao Ajuste Pós-Fechamento, celebrado, de um lado, entre a TIM S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. e de outro, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, como forma de colocar fim à controvérsia e ao procedimento arbitral relacionado ao Ajuste Pós-Fechamento. O preço final da parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o Ajuste Pós-Fechamento negociado no Acordo (excluindo valores de metas contratuais), foi R\$ 6,6 bilhões.

Principalmente por ainda se tratar de uma dívida contratual na data de conclusão da alocação do preço de compra da aquisição da Cozani, a redução na contraprestação, correspondente à metade do valor depositado em juízo, foi registrada no resultado do exercício na data da homologação do acordo (outubro de 2023), na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. Portanto, nenhum ajuste no ágio registrado foi efetuado conforme previsto em prática contábil do IFRS3/CPC 15 (R1).

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (posteriormente TIM Fiber SP) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (posteriormente TIM Fiber RJ). TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva advindo destas empresas no valor total de R\$ 1.159.649.

Conforme descrito na nota 14, em novembro de 2021, a Companhia realizou a alienação de 51% de participação societária da Fiber Co (atual I-Systems), empresa que recebeu os ativos líquidos relacionados a infraestrutura de rede secundária de banda larga residencial. Em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de R\$1.051.477 do ágio registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A, restando R\$108.172 do ágio em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Teste de impairment

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de impairment para os ágios relacionados às combinações de negócios. A metodologia e premissas utilizadas pela Administração no teste de impairment está resumida a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange a TIM S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os potenciais custos de venda do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01 / IFRS 13 / CPC 46.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a mensuração foi feita com base no valor da ação Companhia na data de fechamento do balanço, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*, que abrange todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento. Logo, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment*.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou em 2023, contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do CPC 06 / IFRS 16 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

Notas Explicativas

(f) Autorizações

Licença 4G

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, que foram pagos em dezembro de 2014, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019. O valor total registrado no ativo intangível da Companhia é de R\$ 3.498 milhões (R\$3.498 milhões em 31 de dezembro de 2024).

Licença 5G

Em 2021, a TIM adquiriu licenças 5G no leilão da Anatel, gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a essas licenças no valor de R\$2.680 milhões. O pagamento das licenças será realizado em um período de 10 a 20 anos, enquanto as obrigações relacionadas tiveram pagamentos realizados entre 2022 e 2024.

Adicionalmente, no caso das licenças relacionadas à radiofrequência de 3,5GHz, por se tratar de ativo qualificável, a Companhia capitalizou custos de empréstimos durante o período de implantação. Essa capitalização foi encerrada no segundo trimestre de 2023, com a disponibilidade dos ativos para uso e sua transferência para autorizações. O valor total registrado no ativo intangível da Companhia é de R\$ 4.053 milhões (R\$4.053 milhões em 31 de dezembro de 2024).

17. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contêm) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo imobilizado ou intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	2025	2024
LT Amazonas (i)	170.080	174.014
Subleasing "lojas revendas" – IFRS16 (ii)	64.166	66.373
	234.246	240.387
Parcela circulante	(34.098)	(33.717)
Parcela não circulante	200.148	206.670

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

	LT Amazonas	Subleasing "lojas revendas" – IFRS16	Total
Valores nominais	259.880	80.078	339.958
2026	33.754	26.875	60.629
2027	34.032	21.399	55.431
2028	34.032	17.173	51.205
2029	34.032	11.049	45.081
2030	34.032	3.308	37.340
2031 em diante	89.998	274	90.272
Valor presente	170.080	64.166	234.246

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas em 2013, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis".

O valor de receita de *subleasing* da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 69.508 (R\$ 62.109 em 31 de dezembro de 2024).

Passivo

	2025	2024
LT Amazonas (i)	322.409	324.152
Venda de Torres (<i>leaseback</i>) (ii)	1.630.795	1.606.644
Outros (iii)	108.588	124.451
Subtotal	2.061.792	2.055.247
Outros arrendamentos: (iv)		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	6.086.081	5.491.602
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	1.533.853	1.332.983
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	2.470.403	2.417.834
Arrendamentos – Fibra	1.612.739	1.278.180
Subtotal arrendamentos IFRS16 / CPC 06 (R2)	11.703.076	10.520.599
Total	13.764.868	12.575.846
Parcela circulante	(1.702.899)	(1.629.698)
Parcela não circulante	12.061.969	10.946.148

Notas Explicativas

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 1.360.929 (R\$ 1.175.350 em 31 de dezembro de 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi pago o montante de R\$ 37 milhões (R\$ 287 milhões, em 2024), referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites.

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 36. A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	LT Amazonas	Venda de torres e "leaseback"	Outros	Arrendamentos Infraestrutura de rede	Arrendamentos Lojas & Quiosques e Imóveis	Arrendamentos Terrenos (Rede)	Arrendamentos Fibra	Total
Valores nominais	510.090	2.962.680	127.782	10.177.315	2.727.107	4.051.655	2.017.627	22.574.256
2026	80.402	316.388	47.043	1.386.393	336.472	553.926	582.999	3.303.623
2027	64.641	307.188	31.919	1.353.724	317.652	510.368	548.607	3.134.099
2028	64.641	307.188	24.203	1.305.258	286.969	491.641	513.584	2.993.484
2029	64.641	307.188	14.350	1.198.114	252.704	449.504	314.115	2.600.616
2030	64.641	307.188	5.615	987.892	214.759	382.304	58.322	2.020.721
2031 em diante	171.124	1.417.540	4.652	3.945.934	1.318.551	1.663.912	-	8.521.713
Valor presente	322.409	1.630.795	108.588	6.086.081	1.533.853	2.470.403	1.612.739	13.764.868

i) LT Amazonas

Em 2013, a Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram transferidas 5.873 torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contratado (nota 22).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um arrendamento similar e/ou empréstimo.

Notas Explicativas

(iii) Outros

Além dos contratos de arrendamentos citados, a Companhia também possui contratos de arrendamentos de torres que são parte das obrigações de arrendamento do contrato com empresas torreiras.

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro 2025 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 15,32% (11,88% em 2024).

(iv) Outros arrendamentos

Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão, terrenos, lojas e quiosques e fibras no escopo do IFRS 16.

Arrendamentos de baixo valor ou curto prazo

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R\$ 29.688 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 30.050 em 31 de dezembro de 2024).

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2025	2024
Fornecedores	5.138.780	4.986.912
Moeda nacional	4.414.270	4.233.754
Fornecedores de materiais e serviços (i)	4.321.640	4.157.887
Interconexão (ii)	56.960	44.759
Roaming (iii)	6.391	4.667
Co-billing (iv)	29.279	26.441
Moeda estrangeira	724.510	753.158
Fornecedores de materiais e serviços (i)	285.866	267.723
Roaming (iii)	438.644	485.435
Parcela Circulante	5.138.780	4.986.912

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

Notas Explicativas

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores são incluídos nas atividades operacionais da demonstração do fluxo de caixa.

A Companhia firmou contratos com instituições financeiras como alternativa de suporte aos seus fornecedores para que pontualmente, a seu exclusivo critério, pudessem antecipar seus recebíveis. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira sem direito de regresso mantendo os prazos contratuais. Os títulos cedidos são antecipados aos fornecedores mediante aplicação de taxa de deságio. Após a realização das operações a Companhia passa a ter essas instituições financeiras como credoras dos títulos cedidos no valor e prazo contratuais originais com os fornecedores, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. O saldo registrado referente aos títulos a pagar relacionados a essas operações já foram integralmente pagos pelas instituições financeiras aos fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui aproximadamente R\$ 591 milhões (R\$ 429 milhões em 31 de dezembro de 2024) relacionados a operação de risco sacado, conforme detalhado abaixo:

	2025	2024
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores pagos	590.646	428.609
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores não pagos	-	-
	<u>590.646</u>	<u>428.609</u>

Não houve alterações não caixa significativas nos valores contábeis de fornecedores incluídos nestas operações.

19. Autorizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	2025	2024
Renovação de autorizações (i)	289.241	279.548
Dívida ANATEL atualizada (ii)	221.194	209.538
Autorizações a pagar (iii)	<u>970.998</u>	<u>990.696</u>
	1.481.433	1.479.782
Parcela circulante	(321.761)	(299.354)
Parcela não circulante	<u>1.159.672</u>	<u>1.180.428</u>

Notas Explicativas

- (i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis¹. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações eram de R\$ 289.241 (R\$ 279.548 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz, referente as autorizações da licença 4G, e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões, atualizado pelo IGP-DI, totalizando R\$ 221 milhões em 31 de dezembro de 2025 (210 milhões em 31 de dezembro de 2024), o qual ainda está pendente de julgamento.

- (iii) Refere-se aos custos na aquisição das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração (“Leilão 5G”), onde em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização. O valor inicial total especificamente das radiofrequências no montante de R\$884 milhões, sofre incidência de juros atrelados à taxa Selic e a Companhia optou por realizar pagamentos anuais pelo período de 20 anos (tendo pago as 4 primeiras parcelas nos montantes de R\$46, R\$52, R\$58 e R\$62 milhões).

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2025 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	2025
2027	257.453
2028	68.793
2029	68.793
2030	68.793
2031	68.793
2032 em diante	627.047
	1.159.672

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2025, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Data de Expiração									
Termos de Autorização	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Bandas V1 e V2 (4G)	2500 MHz (Banda P (4G)	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	ES - Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031	Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Sul – dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)

¹ O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

Notas Explicativas

São Paulo	Março, 2031	Interior - Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	AR41, Curitiba e Região Metropolitan a – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	800MHz – novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Novembro/2028	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	800MHz – novembro/2028 1800MHz – dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Notas Explicativas

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	2025	2024
KFW Finnvera ³ (ii)	USD	SOFR + 1,17826% a.a.	Dez/25	-	32.820
Debêntures ¹ (ii)	BRL	IPCA + 4,0432% a.a.	Jun/28	2.049.182	1.956.307
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	329.566	385.592
BNB ² (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	Fev/28	399.975	585.129
BNDES (i)	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	Ago/25	-	75.653
Total				2.778.723	3.035.501
Circulante				(925.626)	(348.353)
Não circulante				1.853.097	2.687.148

¹ É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

² As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.

³ O financiamento junto ao KFW Finnvera foi completamente quitado em dezembro de 2025.

Garantias

(i) Recebíveis da TIM S.A. limitados ao valor da dívida;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possuem cláusula de cumprimento de índice financeiro, calculado semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O índice é Dívida financeira líquida sobre EBITDA. A Companhia cumpriu todos os índices estabelecidos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Valor nominal
2027	921.423
2028	769.658
2029	55.548
2030	55.548
2031	50.920
	1.853.097

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2026	925.626
2027	921.423
2028	769.658
2029	55.548
2030	55.548
2031	50.920
	2.778.723

Notas Explicativas

Valor justo dos empréstimos

Com relação às captações contratadas: Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está detalhado na tabela abaixo:

	2025	2024
Debêntures	2.062.508	1.976.088
BNDES	330.551	386.743
BNB	400.926	586.525

21. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2025	2024
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.888.759	3.926.854
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	328.376	279.776
Impostos e Taxas ANATEL (i)	4.347.216	3.389.167
Imposto sobre Serviço - ISS	62.174	72.274
PIS / COFINS	54.430	51.294
Outros (ii)	96.563	134.343
Parcela circulante	(4.855.551)	(3.888.568)
Parcela não circulante	33.208	38.286

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP. Dos valores de 2020, a Companhia efetuou o pagamento referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Nos anos de 2021 a 2025, houve pagamento parcial referentes a CRFP e Condecine anualmente, com os pagamentos de TFF suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor total da obrigação referente a TFF é R\$ 4.320 milhões, sendo R\$ 3.188 milhões de principal e R\$ 1.131 milhões de juros moratórios (em 31 de dezembro de 2024, o total era de R\$3.377 milhões, sendo R\$ 2.650 milhões de principal e R\$727 milhões de juros moratórios).

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente ao IRRF sobre JSCP aprovados em dezembro de 2025, no montante de R\$ 62 milhões (R\$96 milhões em dezembro de 2024).

Notas Explicativas

22. Receitas diferidas

	2025	2024
Receitas diferidas	765.711	839.867
Serviços a prestar pré-pago (i)	130.783	172.824
Receitas antecipadas	31.058	35.510
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	518.445	572.540
Passivo contratual (iii)	85.425	58.993
Parcela circulante	(259.527)	(280.422)
Parcela não circulante	506.184	559.445

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17).

(iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, apresentados abaixo:

	2025	2024
Ativo contratual (nota 6)	25.898	24.027
Passivo contratual	(85.425)	(58.993)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise. Além disso, o passivo contratual inclui valores relacionados às taxas de habilitação e disponibilização de contratos com clientes.

Resumo das principais variações no exercício:

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2025	(34.966)
Adições	(53.353)
Baixas	28.792
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(59.527)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2026	2027
Ativo (passivo) contratual	(43.214)	(16.313)

Notas Explicativas

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

23. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2025	2024
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.559.687	1.564.293
Cível e regulatória (a)	466.726	595.611
Trabalhistas (b)	196.916	209.098
Tributária (c)	896.045	759.584

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

	2024	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2025
	1.564.293	267.041	(362.163)	90.516	1.559.687
Cível e regulatória (a)	595.611	109.288	(174.923)	(63.250)	466.726
Trabalhistas (b)	209.098	68.553	(120.428)	39.693	196.916
Tributária (c)	759.584	89.200	(66.812)	114.073	896.045

	2023	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2024
	1.410.299	276.811	(318.796)	195.979	1.564.293
Cível e regulatória (a)	531.161	110.874	(129.555)	83.131	595.611
Trabalhistas (b)	212.929	74.430	(114.624)	36.363	209.098
Tributária (c)	666.209	91.507	(74.617)	76.485	759.584

Notas Explicativas

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis e regulatórios

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$ 133.178 (R\$ 148.429 em 31 de dezembro de 2024), referem-se principalmente a processos por suposta cobrança indevida, discussões contratuais, portabilidade, discussões relacionadas a não restituição de valores, e suposta ocorrência de fraudes.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações contratuais; (iv) questionamentos sobre publicidade; e (v) discussão de cobrança indevida. O montante provisionado equivale a R\$ 119.954 (R\$321.156 em 31 de dezembro de 2024).

A TIM é ré em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano *Infinity*. A TIM recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), mas teve seus recursos negados. Em seguida, apresentou Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), que também foi rejeitado. Após isso, a TIM protocolou uma Reclamação no STF, alegando que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estaria julgando um tema que seria de competência exclusiva do STF, especificamente, o Tema 1075 da repercussão geral. O Ministro Relator rejeitou a Reclamação, e a TIM apresentou Agravo Interno, que também foi negado inicialmente. No entanto, no julgamento concluído em 24 de abril de 2025, um dos ministros apresentou voto divergente, que acabou sendo seguido pela maioria do colegiado. Com isso, o STF deu provimento ao Agravo Interno da TIM, reconhecendo que a 11ª Vara Cível de Curitiba/PR é a competente para julgar o caso, e anulou as decisões anteriores do TJDFT. Diante dessa nova decisão judicial em abril/2025, a TIM reverteu a provisão contábil R\$ 169 milhões, sendo R\$ 50 milhões principal e R\$ 119 milhões de atualização monetária. A ação foi redistribuída ao juízo da 11ª Vara Cível de Curitiba/PR e aguarda determinação de manifestação das partes acerca do seu prosseguimento.

a.3 Ex-parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$ 41.146 (R\$ 51.519 em 31 de dezembro de 2024).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$ 50.496 (R\$ 21.019 em 31 de dezembro de 2024).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores provisionados equivalem a R\$ 47.564 (R\$1.574 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC. Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$ 74.388 (R\$ 51.914 em 31 de dezembro de 2024).

b. Trabalhistas

b.1 *Processos trabalhistas*

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Do total de 1.347 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2025 (1.545 em 31 de dezembro de 2024) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 161.133 atualizado monetariamente (R\$ 184.343 em 31 de dezembro de 2024).

b.2 *Previdenciário*

A Companhia é parte de 27 ações em 31 de dezembro de 2025 (24 em 31 de dezembro de 2024) referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, no valor total atualizado de R\$ 35.783 (R\$ 24.755 em 31 de dezembro de 2024).

c. Processos tributários

	2025	2024
Tributos Federais	377.027	321.404
Tributos Estaduais	436.204	357.011
Tributos Municipais	11.861	10.216
Processos TIM S.A. (Purchase price allocation)	70.953	70.953
	<u>896.045</u>	<u>759.584</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão para a TIM S.A. suporta oitenta e quatro processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visava a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas. No primeiro semestre de 2025, foi obtida decisão favorável à Companhia no valor de R\$ 22.184, enquanto o valor remanescente R\$ 25.945 foi quitado pela Companhia (R\$ 47.232 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

- (ii) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R\$ 19.313 (R\$ 18.142 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para um processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 75.769 (R\$ 71.450 em 31 de dezembro de 2024).

- (iii) A Companhia constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 71.815 (R\$ 65.772 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 22.389 (R\$ 21.137 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) A Companhia constituiu provisão para um processo com vistas à exigência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE - Melbourne), em razão de, supostamente, ter deixado de efetuar o pagamento da contribuição da remessa ao exterior para remuneração das operadoras referente ao tráfego sainte. Em 31 de dezembro de 2025 o valor provisionado e atualizado é de R\$ 81.113, com mudança de prognóstico de perda de possível para provável no segundo trimestre de 2025.

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A. suporta cento e cinquenta processos e está substancialmente composta pelas seguintes naturezas:

- (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 56.412 (R\$ 27.865 em 31 de dezembro de 2024);
- (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 107.350 (R\$ 100.133 em 31 de dezembro de 2024);
- (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 7.393 (R\$ 50.192 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão aos programas de anistia fiscal;
- (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 36.075 (R\$ 48.751 em 31 de dezembro de 2024); A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão aos programas de anistia fiscal.
- (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 118.327 (R\$ 10.461 em 31 de dezembro de 2024);
- (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 16.181 (R\$ 15.005 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

- (vii) cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 9.214 (R\$ 24.316 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão aos programas de anistia fiscal-
- (viii) cobrança sobre valores de crédito especial, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 5.009 (R\$ 5.288 em 31 de dezembro de 2024).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$ 70.953 (R\$70.953 em 31 de dezembro de 2024).

d. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	2025	2024
	26.722.972	24.528.974
Cível e regulatória (d.1)	1.798.568	1.911.281
Trabalhista e previdenciária (d.2)	474.376	378.286
Tributária (d.3)	24.450.028	22.239.407

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

d.1. Cíveis e regulatórias

	2025	2024
Ações movidas por consumidores (d.1.1)	129.012	165.408
ANATEL (d.1.2)	317.215	364.264
Órgãos de Defesa do Consumidor (d.1.3)	447.834	537.630
Ex-parceiros comerciais (d.1.4)	326.930	298.216
Socioambiental e infraestrutura (d.1.5)	77.780	84.926
Outros (d.1.6)	499.797	460.837
	1.798.568	1.911.281

d.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negatificação indevida.

Notas Explicativas

d.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 249.373 (R\$ 313.115 em 31 de dezembro de 2024).

Em 18 de junho de 2020, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador.

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrangia sanções que totalizavam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”. Além disso, contemplava o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 350 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas.

Em junho de 2024, encerrou-se a vigência do TAC TIM, no entanto, em virtude do evento climático adverso que acometeu o Estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024, para 19 municípios situados naquele Estado foi estendido o prazo de atendimento, neste particular, até 30 de setembro de 2024, cujo novo Termo Aditivo ao TAC foi formalizado entre as partes, tendo o cumprimento deste último prazo pactuado com a Agência sido atestado em 25/06/2025

d.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) supostas violações contratuais; (iii) questionamentos sobre publicidade e, (iv) questionamentos da qualidade no atendimento.

d.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

d.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

d.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

Notas Explicativas

d.2. Trabalhista e Previdenciária

d.2.1. Previdenciária

A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário e na esfera administrativa, bem como em demandas que discutem responsabilidade solidária, no valor total atualizado de R\$ 67.492 (R\$ 110.426 em 31 de dezembro de 2024).

d.2.2. Trabalhistas

Há 2.142 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2025 (2.018 em 31 de dezembro de 2024) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R\$ 406.884 (R\$ 267.860 em 31 de dezembro de 2024). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas, movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc). Esses autores ajuizaram ações requerendo, na fase executória, a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig – atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A), como rés solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

d.3. Tributárias

	2025	2024
	24.450.028	22.239.407
Tributos Federais (d.3.1)	4.991.390	5.084.626
Tributos Estaduais (d.3.2)	12.960.732	11.106.211
Tributos Municipais (d.3.3)	1.988.271	1.876.629
FUST, FUNTTEL e EBC (d.3.4)	4.509.635	4.171.941

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 16.635.711 (R\$ 15.041.050 em 31 de dezembro de 2024).

d.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra a Companhia relativamente a tributos federais é de R\$ 4.991.390 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.084.626 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão. Com o julgamento da Câmara Superior de Recursos Fiscais, da Receita Federal, em 2025 foi confirmado um novo êxito parcial, no valor estimado atualizado de aproximadamente R\$ 610 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, o valor remanescente classificado como risco possível é de R\$ 1.225.208 (R\$ 1.836.078 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) No terceiro e quarto trimestre de 2024, houve ingresso de processo relacionado ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo, convertendo-se em eventual valor devido visto as compensações realizadas. O valor envolvido com risco possível é de R\$ 1.825.929 (R\$ 1.599.761 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais, bases negativas e outros créditos federais. O valor envolvido é de R\$ 289.676 (R\$ 259.073 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

- (iv) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O processo foi encerrado no exercício de 2025 (R\$ 81.398 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) Cobrança de tributos sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 232.657 (R\$ 289.098 em 31 de dezembro de 2024).
- (vi) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 351.801 (R\$ 331.962 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) Glosa de créditos de PIS/COFINS sobre insumos - despesas e custos que segundo avaliação da Companhia foram intrinsecamente relacionados a atividade operacional da mesma. O valor envolvido é de R\$ 349.532 (R\$ 310.737 em 31 de dezembro de 2024).
- (viii) Em dezembro de 2025, houve ingresso de processo relacionado ao lucro da exploração: questionamento da Receita Federal por suposta utilização indevida do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ referente à Sudene em razão do questionamento quanto a averbação dos laudos apresentados. O valor envolvido é de R\$ 355.624 (sem correspondente em 31 de dezembro de 2024).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos federais relativas, mas não se limitando, às cobranças indevidamente vinculadas ao Grupo Jornal do Brasil, divergência de interpretação das regras contidas na Lei nº 9.718/98, outras compensações referentes à reapuração do pré-pago, desdobramentos do ágio e apuração de estimativas, tributação sobre operações de roaming internacional e de cessão onerosa de meios de rede, diferença de alíquota de IRRF, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 12.960.732 (R\$ 11.106.211 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata. O valor envolvido é de R\$ 1.534.669 (R\$ 1.422.103 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 536.534 (R\$ 490.283 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Estorno de crédito, glosa de creditamentos extemporâneos e lançamentos relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 715.792 (R\$ 830.234 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, de êxitos obtidos em favor da Companhia e da adesão a programas de anistia fiscal.
- (iv) Cobrança sobre estorno de débitos do ICMS, decorrente da identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, bem como sobre os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), operações isentas e não tributadas e sobre outros créditos de natureza não tributável e cobranças e glosa de créditos de ICMS relacionados com operações

Notas Explicativas

sujeitas ao regime de substituição tributária. O valor envolvido é de R\$ 4.872.070 (R\$ 4.511.091 em 31 de dezembro de 2024).

- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 83.607 (R\$ 77.999 em 31 de dezembro de 2024).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 1.258.266 (R\$ 1.122.373 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 2.248.803 (R\$ 1.041.955 em 31 de dezembro de 2024). O aumento decorre principalmente de duas novas autuações relacionadas a VAS recebidas em São Paulo, que, em conjunto, totalizam R\$ 1.104.397.
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 237.426 (R\$ 165.459 em 31 de dezembro de 2024).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 261.438 (R\$ 241.433 em 31 de dezembro de 2024).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos estaduais relativas, mas não se limitando, ao coeficiente de creditamento aplicado nas aquisições de ativo permanente, aos créditos decorrentes de itens financeiros e de natureza não telecom indevidamente tributados no campo “Outras OCCs” (*Other Credits and Charges*), às outras operações isentas e não tributadas interestaduais, ao diferencial de alíquota – DIFAL, ao regime especial previsto no Convênio 128/10 e 17/13, às regras de emissão de notas fiscais disciplinadas no Convênio 55/05, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.988.271 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.876.629 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.673.534 (R\$ 1.558.393 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 106.438 (R\$ 98.781 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 154.989 (R\$ 170.074 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

d.3.4. Tributos regulatórios

O valor total autuado contra a Companhia relativamente às contribuições para o FUST, FUNTTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R\$ 4.509.635 (R\$ 4.171.941 em 31 de dezembro de 2024). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

24. Obrigações com acionistas

Operação de grupamento e desdobramento

Em 24 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o grupamento e o posterior desdobramento de suas ações ordinárias, na proporção de 100:1, seguido de 1:100, sem afetar o capital social, o número de ações ou os ADRs da Companhia.

A proposta aprovada em 27 de março de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, considerou que a Operação, quando realizada: (i) será aplicada a todos os acionistas da Companhia, (ii) sem alteração no valor do capital social da Companhia ou no número total de ações, (iii) sem modificação dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia aos seus titulares e (iv) sem alteração no número de ações que compõem cada ADR, permanecendo inalterado o número total de ADRs em circulação.

No início de julho, a Companhia realizou o procedimento de grupamento e desdobramento de ações, após o prazo de 30 dias. Em 14 de julho de 2025, foi realizado leilão para alienação de 22.059.698 ações ordinárias correspondentes às frações resultantes da operação, formadas a partir da aglutinação das frações de ações. O resultado do leilão, no valor total de R\$ 455.691, já líquido de custos e taxas, equivalente a R\$ 20,66 por ação ordinária, foi disponibilizado aos titulares das frações de ações, nas devidas proporções, a partir do dia 23 de julho de 2025. Do resultado do leilão, o montante de R\$ 79.233 foi pago até 31 de dezembro de 2025, restando o montante de R\$ 376.458 à disposição dos antigos acionistas não identificados ou sem os dados cadastrais completos.

As frações de ações não reclamadas pelos acionistas em até 3 anos, são revertidas ao patrimônio líquido da Companhia no momento de sua prescrição.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de obrigações com acionistas decorrente de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é de R\$ 157.831.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025, está representado por 2.392.125.889 ações ordinárias, após o cancelamento das ações em tesouraria, conforme nota 25.e. (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024). As ações não possuem valor nominal.

Notas Explicativas

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2025	2024
	388.236	373.020
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	10.635	19.416
Outras reservas de capital	23.997	-

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.d).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

b.3 Outras reservas de capital

Corresponde às frações de ações prescritas, resultantes de grupamentos realizados em exercícios anteriores. Como não foram resgatadas pelos acionistas no prazo legal, essas frações foram revertidas em favor da Companhia e registradas em outras reservas de capital, no montante de R\$ 23.997.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

Conforme estatuto, o saldo de reserva de expansão não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

Notas Explicativas

c.3 Reserva de incentivo fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 3.143.043 (R\$2.702.955 em 31 de dezembro de 2024).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 27 de março de 2025, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	4.311.984	3.153.881
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(440.088)	(340.716)
(-) Constituição da reserva legal	(193.492)	(140.659)
Lucro líquido ajustado	3.678.404	2.672.506
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	919.601	668.127
Distribuição com base no lucro do exercício ajustado:		
Juros sobre capital próprio	1.720.000	1.450.000
Dividendos	1.379.192	-
Total de dividendos e JSCP propostos e distribuídos	3.099.192	1.450.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(327.576)	(213.574)
Total de dividendos e JSCP líquidos	2.771.616	1.236.426
Distribuição com base nas reservas de lucro:		
JSCP propostos e distribuídos	490.000	-
Dividendos intermediários / adicionais	410.808	2.050.000
Total de dividendos (incluindo dividendos adicionais) e JSCP líquidos (i)	3.672.424	3.286.426

Notas Explicativas

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

- (i) Durante o ano de 2024, foram distribuídos os montantes de R\$1.450.000 de juros sobre capital próprio e propostos valores adicionais de R\$2.050.000 de dividendos, os quais foram aprovados em Assembleia Geral em 27 de março de 2025, totalizando R\$ 3.500.000.

Durante o ano de 2025, foram distribuídos os montantes de R\$2.210.000 de juros sobre capital próprio, sendo o valor de R\$ 1.720.000 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R\$ 490.000 com base na reserva de expansão, e propostos dividendos de R\$1.790.000, sendo o valor de R\$ 1.379.192 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R\$ 410.808 com base na reserva de expansão, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2025, totalizando R\$ 4.000.000.

Os valores destinados até 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
19/03/2024	22/04/2024	200.000
14/06/2024	23/07/2024	300.000
17/09/2024	23/10/2024	300.000
17/12/2024	23/01/2025	650.000
10/02/2025	22/04/2025	2.050.000
	23/07/2025	
	23/10/2025	
Total 2024		3.500.000
10/02/2025	22/04/2025	200.000
24/03/2025	Até 30/04/2026	490.000
05/05/2025	23/07/2025	300.000
22/07/2025	21/10/2025	320.000
23/09/2025	21/01/2026	480.000
16/12/2025	Até 30/06/2026	420.000
16/12/2025	30/12/2025	1.790.000
Total 2025		4.000.000

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia desembolsou, por meio de dividendos e/ou JSCP, o montante total de R\$ 5.360.083 (R\$ 2.720.095, em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 3.649.773 (R\$ 1.841.695 em 31 de dezembro de 2024) aos acionistas controladores e R\$ 1.710.310 (R\$ 878.400 em 31 de dezembro de 2024) aos acionistas não controladores. O total de dividendos pagos por ação, expresso em reais, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2,24 (R\$ 1,12 em 31 de dezembro de 2024).

O saldo total em 31 de dezembro de 2025 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R\$ 1.377.150 (R\$671.525 em 31 de dezembro 2024) é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$ 193.337 (R\$117.613 em 31 de dezembro 2024) além do montante de R\$ 1.390.000 (R\$ 1.183.813 líquidos) de JSCP referentes a 2025 a serem pagos em 2026.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Notas Explicativas

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

e. Ações em tesouraria

A Companhia mantém ações em tesouraria registradas pelo custo de aquisição, em conta redutora do patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo IAS 32/CPC 39. As ações em tesouraria não conferem direito a voto ou recebimento de dividendos e não geram efeitos no resultado pela alienação ou cancelamento.

Em 12 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração encerrou o programa anterior e aprovou um novo programa de recompra de ações de até 67.210.173 ações ordinárias da Companhia, correspondentes a aproximadamente 2,78% do total de ações ordinárias da Companhia. As ações ordinárias adquiridas no âmbito do programa de recompra serão mantidas em tesouraria e posteriormente canceladas, sem redução do capital social. Além disso, aproximadamente 5 milhões de ações adquiridas no âmbito do programa de recompra serão destinadas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. O objetivo é de incrementar valor aos acionistas por meio do uso eficiente dos recursos disponíveis em caixa e atender o Plano de Incentivos de Longo Prazo (LTI).

Desde a data da aprovação deste programa até 31 de dezembro de 2025 a Companhia recomprou 33.494 milhares de ações pelo valor total de R\$748.268 e destinou no programa de LTI a quantidade de 1.559 milhares de ações.

Em 16 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 28.679 milhares ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Em função do cancelamento das ações, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 2.392.125.889 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém em tesouraria 3.458 (201 em 31 de dezembro de 2024) milhares de ações ordinárias, totalizando R\$ 78.539 (R\$ 3.451 em 31 de dezembro de 2024).

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2021-2023 e Plano 2024-2026

Em 30 de março de 2021 e 28 de março de 2024, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: “Plano 2021-2023” e “Plano 2024-2026” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2021-2023 e 2024-2026 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*). Estes propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Para os Planos 2021-2023 e 2024-2026 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Estes Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Notas Explicativas

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do exercício (dez/24)	Ações (principal) outorgadas durante o exercício de 2025	Ações transferidas durante o exercício				Pagas em Dinheiro durante o exercício				Ações canceladas (principal) durante o exercício	Saldo de ações (principal) no final do exercício (Dez/25)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2025	1.383.956	mai/28	R\$ 17,22	-	1.383.956	-	-	-	-	-	-	-	-	(261.997)	1.121.959
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	1.142.341	-	(88.693)	(44.360)	(11.012)	(144.065)	-	-	-	-	(169.302)	884.346
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.097.732	-	(303.469)	(265.491)	(77.121)	(646.081)	-	-	-	-	(107.175)	687.088
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	426.595	-	(403.661)	(253.959)	(111.224)	(768.845)	(11.646)	(6.186)	(3.016)	(20.848)	(11.289)	-
Total				2.666.668	1.383.956	(795.823)	(563.810)	(199.357)	(1.558.991)	(11.646)	(6.186)	(3.016)	(20.848)	(549.763)	2.693.393
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 16,41												

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do exercício (dez/23)	Ações (principal) outorgadas durante o exercício	Ações transferidas durante o exercício				Pagas em Dinheiro durante o exercício				Ações canceladas (principal) durante o exercício	Saldo de ações (principal) no final do exercício (dez/24)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	-	1.226.859	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.518)	1.142.341
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.535.604	-	(306.450)	(273.140)	(31.351)	(610.941)	-	-	-	-	(131.422)	1.097.732
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	771.302	-	(289.529)	(389.848)	(58.176)	(737.553)	(7.055)	(10.463)	(1.500)	(19.018)	(48.123)	426.595
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	821.942	-	(782.079)	(344.768)	(123.101)	(1.249.948)	(31.177)	(15.312)	(5.080)	(51.569)	(8.686)	-
Total				3.128.848	1.226.859	(1.378.058)	(1.007.756)	(212.628)	(2.598.442)	(38.232)	(25.775)	(6.580)	(70.587)	(272.749)	2.666.668
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 15,16												

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.
- **Plano 2024-2026 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2024 a 31 de março de 2024.
- **Plano 2024-2026 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2025 a 31 de março de 2025.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 31.665 (R\$ 50.466 em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou pagamentos aos participantes do programa de incentivo a longo prazo, em dinheiro, no montante de R\$ 14.667 (R\$ 28.112 em 31 de dezembro de 2024).

Encerramento de programa de recompra de ações e aprovação de um novo programa

Conforme descrito na nota 25.e, em fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo programa, que destinará aproximadamente 5 milhões de ações adquiridas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia havia recomprado e transferido 1,6 milhões de ações para atendimento ao programa de Plano de Incentivo de Longo Prazo.

27. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 128.570 (R\$ 218.690 em 31 de dezembro de 2024).

Em março de 2025, o acordo firmado entre TIM S.A. e Banco C6 teve a aprovação da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA), se confirmando o encerramento da parceria, assim como as disputas relacionadas e procedimentos arbitrais que estavam em curso. Até 31 de dezembro de 2025, os valores referentes ao Acordo, foram liquidados.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Notas Explicativas

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	2025	2024
Receita operacional líquida	26.624.721	25.447.930
Receita operacional bruta	40.279.063	36.731.708
Receita de serviços	38.631.519	35.041.192
Receita de serviços - Móvel	36.286.661	33.070.752
Receita de serviços – Fixa	2.344.858	1.970.440
Venda de mercadorias	1.647.544	1.690.516
Deduções da receita bruta	(13.654.342)	(11.283.778)
Impostos incidentes	(4.045.145)	(4.014.344)
Descontos concedidos	(9.593.647)	(7.253.635)
Devoluções e outros	(15.550)	(15.799)

Notas Explicativas

28. Custos e despesas operacionais

	2025				2024			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(12.266.584)	(5.959.682)	(1.734.484)	(19.960.750)	(11.893.115)	(5.908.816)	(1.798.005)	(19.599.936)
Pessoal	(52.255)	(1.001.157)	(430.273)	(1.483.685)	(48.016)	(925.033)	(513.229)	(1.486.278)
Serviços de terceiros	(624.185)	(1.987.057)	(779.528)	(3.390.770)	(731.883)	(2.037.447)	(801.521)	(3.570.851)
Interconexão e meios de conexão	(3.581.352)	-	-	(3.581.352)	(3.091.741)	-	-	(3.091.741)
Depreciação e amortização	(6.225.495)	(411.753)	(440.439)	(7.077.687)	(6.232.502)	(391.699)	(401.834)	(7.026.035)
Impostos, taxas e contribuições	(137.230)	(879.852)	(30.579)	(1.047.661)	(131.924)	(932.489)	(28.078)	(1.092.491)
Aluguéis e seguros	(575.524)	(189.927)	(32.001)	(797.452)	(507.427)	(178.771)	(30.682)	(716.880)
Custo das mercadorias vendidas	(1.062.370)	-	-	(1.062.370)	(1.104.460)	-	-	(1.104.460)
Publicidade e propaganda	-	(688.991)	-	(688.991)	-	(700.637)	-	(700.637)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(765.783)	-	(765.783)	-	(693.122)	-	(693.122)
Outros	(8.173)	(35.162)	(21.664)	(64.999)	(45.162)	(49.618)	(22.661)	(117.441)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R\$ 32.392 (R\$ 26.176 em 31 de dezembro de 2024). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	2025	2024
Receitas		
Multas s/ serviços de telecomunicações	118.572	102.096
Receita na alienação de ativos	7.120	18.034
Outras receitas (i)	76.331	89.343
	202.023	209.473
Despesas		
FUST/FUNTTTEL (ii)	(161.510)	(162.487)
Impostos, taxas e contribuições	(14.113)	(18.110)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(203.407)	(241.248)
Despesa na alienação de ativos	(11.916)	(21.235)
Outras despesas	(23.216)	(25.174)
	(414.162)	(468.254)
Outras receitas (despesas), líquidas	(212.139)	(258.781)

Notas Explicativas

- (i) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas (conforme nota 17), sendo R\$ 54.095 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 54.095 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

	2025	2024
Receitas financeiras	1.629.877	861.759
Juros sobre aplicações financeiras	805.271	417.366
Juros de clientes	52.091	39.914
Juros swap (ii)	286.489	244.865
Juros sobre arrendamento	28.955	28.428
Atualização monetária (i)	370.691	108.823
Outros derivativos (iii)	-	19.587
Outras receitas	86.380	2.776

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais. Em 2025, a TIM reverteu uma provisão contábil relacionada a ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano *Infinity* no montante de R\$ 169 milhões, sendo R\$ 50 milhões principal e R\$ 119 milhões de atualização monetária, conforme mencionado na nota 23 a.2.

(ii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger a Companhia de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.

(iii) Em 2024, o efeito refere-se à diferença entre o valor de mercado e o custo das opções de subscrição de ações referente a parceria operacional com Banco C6, iniciada em 2020, as quais a Companhia teve direito no período devido ao atingimento de metas contratuais. Tal parceria foi encerrada no primeiro trimestre de 2025, vide notas 12 e 36.

31. Despesas financeiras

	2025	2024
Despesas financeiras	(3.350.234)	(2.817.346)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(234.735)	(254.728)
Juros sobre impostos e taxas	(437.216)	(271.936)
Juros swap	(325.458)	(380.972)
Juros sobre passivo de arrendamento, líquidos de cancelamentos	(1.617.383)	(1.432.764)
Atualização monetária (i)	(265.493)	(214.853)
Descontos concedidos	(57.922)	(44.864)
Outros derivativos (ii)	(165.780)	-
Outras despesas	(246.247)	(217.229)

Notas Explicativas

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 264.273 (R\$ 195.978 em 31 de dezembro de 2024); e

(ii) Em função do acordo firmado entre TIM e Banco C6 e aprovado pela CIMA no 1º trimestre de 2025, houve o ajuste dos ativos financeiros detidos pela TIM nos termos contratuais.

32. Variação cambial, líquida

	2025	2024
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (i)	10.820	-
Fornecedores	107.602	21.370
Swap (ii)	7.276	106.453
Contas a Receber	55.330	135.389
Ativo Financeiro	26.236	41.978
	<u>207.264</u>	<u>305.190</u>
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (i)	(7.262)	(57.124)
Fornecedores	(73.615)	(85.447)
Swap (ii)	(10.819)	(49.310)
Contas a Receber	(118.107)	(36.081)
Ativo Financeiro (iii)	(61.125)	(5.865)
	<u>(270.928)</u>	<u>(233.827)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>(63.664)</u>	<u>71.363</u>

(i) Refere-se principalmente à variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(ii) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 36).

(iii) Refere-se às variações cambiais incidentes sobre o Fundo 5G, conforme nota 12.

33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria.

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	4.311.984	3.153.881
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	2.413.569	2.419.831
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	1,79	1,30

Notas Explicativas

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, excluindo as ações em tesouraria, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras.

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	4.311.984	3.153.881
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	2.414.316	2.420.199
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	1,79	1,30

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 747 milhares (368 milhares em 31 de dezembro de 2024) relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

A operação de grupamento/desdobramento de ações, conforme descrita na nota 24, não impactou o cálculo do lucro básico e diluído por ação, pois não houve alteração na quantidade média ponderada de ações em circulação.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresa controladora e coligadas são os seguintes:

	Ativo	
	2025	2024
Telecom Italia Sparkle (i)	8.391	10.188
Gruppo Havas (vi)	-	12.831
TI Sparkle (iii)	5	28
TIM Brasil (vii)	23.183	23.260
Telecom Italia S.p.A. (ii)	5.850	24.962
I-Systems (ix)	53.538	45.907
Outros	97	97
Total	91.064	117.273

	Passivo	
	2025	2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	90.846	154.729
Telecom Italia Sparkle (i)	6.407	11.599
TI Sparkle (iii)	2.402	11.290
TIM Brasil (iv)	10.858	10.858
Grupo Vivendi (v)	-	1.152
Gruppo Havas (vi)	-	104.757
I-Systems (viii)	56.027	58.613
TIM Brasil (x)	791.797	367.943
Outros	4.138	3.865
Total	962.475	724.806

Notas Explicativas

	Receita	
	2025	2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	19.007	11.352
Telecom Italia Sparkle (i)	3.706	5.939
TI Sparkle (iii)	273	339
I Systems (ix)	2.299	3.196
Total	25.285	20.826

	Custo/Despesa	
	2025	2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	153.861	151.677
Telecom Italia Sparkle (i)	4.757	6.667
TI Sparkle (iii)	14.425	11.290
Grupo Vivendi (v)	1.851	5.853
Gruppo Havas (vi)	274.836	608.060
I-Systems (viii)	458.550	452.931
Outros	33.127	26.994
Total	941.407	1.263.472

- (i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.
- (ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.
- (iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
- (iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.
- (v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS. Em maio de 2025 o Grupo Vivendi deixou de ser parte relacionada.
- (vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 255.949 (R\$ 562.994 em 31 de dezembro de 2024), estão relacionados aos repasses de mídia. Em maio de 2025 o Gruppo Havas deixou de ser parte relacionada.
- (vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.
- (ix) Refere-se principalmente a despesa antecipada que representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.
- (x) Os valores referem-se ao saldo de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar para a controladora.

Notas Explicativas

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia investiu R\$ 8.953 (R\$ 9.074 em 31 de dezembro de 2024).

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2025	2024
Benefícios de curto prazo	28.229	26.292
Remuneração baseada em ações	15.659	20.603
	43.888	46.895

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a “*hedge accounting*”.

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado da Companhia.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 ou receitas de serviços prestados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política da Companhia para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 17 e 20.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais.

Notas Explicativas

Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	452.203	168.711	379.888	224.275
Outros derivativos (i)	-	-	522.822	-
	452.203	168.711	902.710	224.275
Parcela circulante	(452.203)	(168.711)	(379.888)	(224.275)
Parcela não circulante	-	-	522.822	-

(i) Os outros derivativos eram instrumentos de opções de subscrição de ações que representavam a opção da Companhia de subscrever 4,62% das ações do capital do C6, onde a Companhia pagou prêmios de subscrição de ações no valor total de R\$26,3 milhões. Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que correspondia a R\$ 523 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Em março de 2025, após a obtenção da aprovação da CIMA, foi aprovado o Acordo firmado em 11 de fevereiro de 2025 entre a Companhia e o Banco C6, que teve por objetivo encerrar a parceria entre as partes e extinguir todas as disputas em curso, incluindo quatro procedimentos arbitrais. O Acordo contempla a alienação integral da participação incluindo todas as ações (nota 12) e bônus de subscrição em circulação (nota 36) detidos pela TIM. Com a formalização do Acordo, a participação societária e os bônus de subscrição tiveram sua baixa contábil integralmente realizada, com o registro de valores a receber (vide nota 6).

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 17 e 20.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	2025		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.639.447	627.520	3.266.967
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.639.447	627.520	3.266.967
Instrumentos financeiros derivativos	-	452.203	452.203
Títulos e valores mobiliários	2.300.655	-	2.300.655
Outros ativos financeiros	338.792	175.317	514.109
Total do passivo	-	168.711	168.711
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	168.711	168.711
Instrumentos financeiros derivativos	-	168.711	168.711

Notas Explicativas

	2024		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.662.076	1.240.985	3.903.061
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.662.076	1.240.985	3.903.061
Instrumentos financeiros derivativos	-	379.888	379.888
Outros derivativos	-	522.822	522.822
Títulos e valores mobiliários	2.449.682	-	2.449.682
Outros ativos financeiros	212.394	338.275	550.669
Total do passivo	-	224.275	224.275
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	224.275	224.275
Instrumentos financeiros derivativos	-	224.275	224.275

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Notas Explicativas

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de dezembro de 2025, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2025

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	399.975	400.926	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	2.060.566	2.062.508	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	329.567	330.551	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2024

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	SOFR X DI	KFW/ Finnvera	Bank of America	33.031	33.031	100%	SOFR + 1,17826% a.a.	92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	585.129	586.525	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.972.245	1.976.088	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	385.592	386.743	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Notas Explicativas

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade (i)		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (ii)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulada Swap	C) Resultado final (B-A)
Dez/25		2.624.576	-	2.624.576	(2.340.693)	283.883	-	-
CDI	provável	2.624.576	-	2.624.576	(2.340.693)	283.883	-	-
	possível	2.624.576	-	2.624.576	(2.338.633)	285.943	2.060	2.060
	remoto	2.624.576	-	2.624.576	(2.336.836)	287.740	3.857	3.857
IPCA	provável	2.624.576	-	2.624.576	(2.340.693)	283.883	-	-
	possível	2.553.420	(71.156)	2.553.420	(2.340.693)	212.727	(71.156)	-
	remoto	2.486.228	(138.348)	2.486.228	(2.340.693)	145.535	(138.348)	-

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

(ii) BNB, Debenture e BNDES.

Variável de risco	Cenário sensibilidade (i)	CDI	IPCA
CDI	Provável	14,90%	4,26%
	Possível	18,63%	4,26%
	Remoto	22,35%	4,26%
IPCA	Provável	14,90%	4,26%
	Possível	14,90%	5,33%
	Remoto	14,90%	6,39%

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Notas Explicativas

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação de moeda estrangeira, utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2025	2024
Resultado líquido em operações de derivativos	(42.513)	(78.964)
Resultado de operações com outros derivativos	(165.780)	19.587

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 podem ser assim sumariados:

	2025	2024
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 36)	2.495.231	2.357.066
Arrendamentos - Passivo (Nota 17)	13.764.868	12.575.846
Arrendamentos - Ativo (Nota 17)	(234.246)	(240.387)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(3.610.324)	(3.258.743)
FIC (Nota 5)	(2.274.316)	(2.434.441)
Dívida Líquida	10.141.213	8.999.341
Outros derivativos (nota 36)	-	522.822
Financiamento Licença 5G	971.081	990.775
Dívida Líquida Ajustada	11.112.294	10.512.938
LAJIDA (EBITDA) (i) (últimos 12 meses)	13.421.719	12.532.722
Índice de alavancagem financeira	0,83	0,84
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	4.311.984	3.153.881
Resultado Financeiro Líquido	1.784.021	1.884.224
Imposto de renda e contribuição social	248.027	468.582
Depreciações e amortizações	7.077.687	7.026.035
LAJIDA (EBITDA) (i)	13.421.719	12.532.722

- (i) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Notas Explicativas

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2024	3.035.501	12.575.846	(678.434)
Ingressos	-	2.933.767	-
Cancelamentos/Encerrados (i)	-	(179.003)	522.822
Encargos financeiros	240.493	1.644.044	38.969
Variações cambiais, líquidas	(3.558)	-	3.544
Recebimentos / (pagamentos) principal (ii)	(387.312)	(1.563.393)	7.275
Pagamentos de juros	(106.401)	(1.646.393)	(177.668)
31 de dezembro de 2025	2.778.723	13.764.868	(283.492)

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2023	3.770.946	12.256.775	(567.698)
Ingressos	503.351	2.639.801	(20.370)
Cancelamentos	-	(493.143)	-
Encargos financeiros	261.094	1.471.288	136.107
Variações cambiais, líquidas	57.125	-	(57.143)
Recebimentos / (pagamentos) principal (ii)	(1.413.497)	(1.838.667)	(13.255)
Pagamentos de juros	(143.518)	(1.460.208)	(156.075)
31 de dezembro de 2024	3.035.501	12.575.846	(678.434)

(i) Quanto aos instrumentos derivativos, no ano de 2025 refere-se ao impacto do Acordo com o C6 onde os derivativos foram integralmente baixados no exercício, vide nota 12.

(ii) Os pagamentos de passivo de arrendamento, incluem pagamentos de multas no montante de R\$ 37 milhões (R\$ 287 milhões, em 2024).

37. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	2025	2024
Planos FUNCESP, Planos de Saúde (Plano de Saúde FIBER), PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	4.485	3.461

Notas Explicativas

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2025	2024
Conciliação dos ativos e passivos	(i)	(i)	(i)					
Valor presente das obrigações atuariais	30.892	8.319	67	1.103	9.499	3.382	53.262	55.173
Valor justo dos ativos do plano	(49.062)	(15.291)	(254)	-	(11.133)	-	(75.740)	(81.658)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(18.170)	(6.972)	(187)	1.103	(1.634)	3.382	(22.478)	(26.485)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	11.772	4.930	31	-	1.634	-	18.367	18.359
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(6.398)	(2.042)	(156)	1.103	-	3.382	(4.111)	(8.126)

(i) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

Notas Explicativas

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/24	(9.131)	(2.337)	(119)	1.080	-	2.381
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(824)	(255)	(13)	112	-	366
Contribuições da patrocinadora	3.115	-	-	(99)	-	(2)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	442	550	(24)	10	-	637
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/25	(6.398)	(2.042)	(156)	1.103	-	3.382

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/24	32.363	8.704	96	1.080	10.549	2.381
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	112
Juros sobre obrigação atuarial	3.282	895	10	112	1.090	254
Benefícios pagos no ano	(3.144)	(944)	(9)	(99)	(653)	(2)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(1.609)	(336)	(30)	10	(1.487)	637
Valor das obrigações em 31/12/25	30.892	8.319	67	1.103	9.499	3.382

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/24	54.193	16.406	255	-	10.804	-
Benefícios pagos no ano	(3.144)	(944)	(9)	(99)	(653)	(2)
Rendimento efetivo dos ativos no ano	5.467	1.735	27	-	1.117	-
Contribuições / (devoluções) empresa	(3.115)	-	-	99	-	2
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(4.339)	(1.906)	(19)	-	(135)	-
Valor justo dos ativos em 31/12/25	49.062	15.291	254	-	11.133	-

Notas Explicativas

e) Despesas previstas para 2025

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	-	-	-	-	-	101
Juros sobre as obrigações atuariais	3.206	882	7	117	999	364
Rendimento esperado dos ativos	(5.127)	(1.670)	(28)	-	(1.176)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.291	557	3	-	177	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	(630)	(231)	(18)	117	-	465

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	PBS Sul: 10,05% / 7,29%; PBS Nordeste: 10,92% / 7,17%; CA: 11,00% / 7,25%; PBS-A: 11,29% / 7,53%; AES: 10,88% / 7,13%; PAMEC: 11,17% / 7,41%; FIBER: 11,85% / 7,10%
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS Nordeste: 3,50% / 0,00% PBS Sul, CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%; PBS-A: AT-2000 segregada por sexo; AES: AT-2000 masculina, suavizada em 10%
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e FIBER: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/(tempo serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	3,50% a.a.
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

38. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), riscos ambientais, saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$ 480.038
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 90.000
Riscos Ambientais	R\$ 10.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Garantia Única de Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

39. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	2025	2024
<u>Transações que não envolvem caixa</u>		
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(2.821.905)	(2.576.470)
Aumento dos passivos de arrendamento - sem efeito no caixa	2.933.767	2.639.802
Dividendos/JSCP aprovados e ainda não pagos	(1.390.000)	(650.000)
Bônus de subscrição (nota 12)	-	175.317

40. Eventos subsequentes

Aquisição da V8.Tech Consulting S.A.

Em 26 de novembro de 2025, a Companhia aprovou o Contrato para aquisição de 100% do capital social da V8 Consulting S.A. “V8.Tech” por R\$ 140 milhões, valor que poderá ser acrescido de pagamentos adicionais (*earn-outs*) de até R\$ 140 milhões, mediante o cumprimento de determinadas condições, em um prazo de 6 anos. A V8.Tech é uma empresa de tecnologia especializada na integração de soluções digitais e serviços gerenciados, com forte atuação em transformação digital, computação em nuvem e inteligência artificial. A Operação reforça a estratégia da TIM voltada para o B2B, ampliando significativamente a capacidade da Companhia de oferecer soluções completas de transformação digital. A Operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 19 de dezembro de 2025, porém o fechamento da Operação estaria condicionado à verificação de outras condições usuais para transações dessa natureza.

Em 30 de janeiro de 2026, após terem sido atendidas todas as condições precedentes aplicáveis, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social da V8.Tech, nos termos e condições anteriormente informados.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da

TIM S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TIM S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 23, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, em 31 de dezembro de 2025, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$ 896 milhões, sendo o valor remanescente de R\$ 24.450 milhões divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo a determinação dos prognósticos de perda das referidas contingências; (b) o envolvimento de nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados pelos advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, na análise de opiniões legais junto a consultores jurídicos internos e externos e na realização de reuniões e obtenção de representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação das principais contingências tributárias; e (c) a revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa 23.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da

referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas

até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todo os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP015199/F

Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador - CRC - RJ 091370/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2025 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 10 de fevereiro de 2026, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2025 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 10 de fevereiro de 2026.

WALMIR URBANO KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

HELOISA BELOTTI BEDICKS
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária em 29 de julho de 2020, tendo como base a estrutura do comitê de auditoria de sua antiga controladora, TIM Participações S.A. ("TPART").

A TPART possuía um Comitê de Auditoria Estatutário desde sua criação, em 12 de dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no Brasil, a TPART foi incorporada pela TIM, sua subsidiária integral, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa e controles internos.

Com a incorporação, o CAE da TIM deu continuidade às atividades do CAE da TPART, incluindo os planos de trabalho e análises que estavam sendo conduzidas.

O CAE da TIM é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que adota as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado pelas normas vigentes. O Comitê é regido pela Resolução nº 23 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 25 de fevereiro de 2021, e por demais regulamentações aplicáveis.

1.1 Composição

O CAE é composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, coincidente com o mandato dos membros do Conselho. A reeleição é permitida, com um limite máximo de dez anos de mandato.

A função de membro do CAE é indelegável e deve ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

Para o mandato 2025/2027, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE, todos classificados como independentes, conforme os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado da B3:

Nome Cargo

Gesner José de Oliveira Filho Coordenador e Membro do Comitê especialista em contabilidade societária

Flavia Maria Bittencourt Membro do Comitê

Nicandro Durante Membro do Comitê

1.2 Atribuições e Responsabilidades

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE exerce a função de Audit Committee da Companhia, em conformidade com o disposto na Sarbanes-Oxley Act ("SOX"), essa responsabilidade decorre do fato de a Companhia ser registrada na US Securities and Exchange Commission ("SEC") e possuir American Depositary Receipts (ADRs) listados na The New York Stock Exchange ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 16 de dezembro de 2025, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2025

O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, 17 (dezessete) reuniões do CAE que contemplaram 62 (sessenta e dois) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1:27 (uma hora e vinte e sete minutos) cada e, durante as sessões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente e a Diretora Financeira, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de Risk & Compliance, e os Auditores Independentes.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Os assuntos abordados ao longo da programação anual do CAE foram classificados da seguinte forma: (i) temas ordinários

(decorrentes da legislação, regulamentação aplicável e normativos internos); (ii) temas recorrentes (decorrentes do plano de trabalho programado para o CAE ao longo do ano); e (iii) temas extraordinários (não previstos nos itens anteriores e submetidos a pedido da administração da Companhia ou dos próprios membros do CAE).

Dentro da classificação organizacional apresentada, é importante destacar os dados estatísticos de produtividade das atividades do CAE, com especial ênfase em temas específicos, identificados como estratégicos para a avaliação dos membros do CAE, conforme detalhado a seguir:

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar que o CAE:

I. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 5 (cinco) contratações de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de Compliance internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

II. O CAE acompanhou e supervisionou as atividades da área de Risk & Compliance da Companhia em 5 (cinco) sessões, com foco nos seguintes temas: (i) SOx Compliance, monitorando deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração; (ii) Compliance de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, com ênfase em Cyber Security; (iii) Compliance de Processos Comerciais e gerais, incluindo fraude e corrupção, assegurando a conformidade com leis e regulamentos internos e externos.

No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção, o CAE acompanhou a manutenção da Certificação ISO 37001, concedida em 2020. Além disso, analisou relatórios de Enterprise Risk Management ("ERM"), com foco na atualização do plano de trabalho, revisão dos fatores de risco da Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco e adequação dos riscos no Formulário de Referência e no inventário SOx/CVM. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê que o CAE analise os exames realizados pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), órgão vinculado ao Conselho de Administração, conforme definido no Estatuto Social.

III. Supervisionou e analisou as informações financeiras da Companhia, em 4 (quatro) sessões durante o ano de 2025, a fim de, dentre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação Sarbanes-Oxley ("SOx").

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou ainda que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

IV. Analisou o plano anual de trabalho dos Auditores Independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas em 9 (nove) sessões durante o ano de 2025. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

V. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2025, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas.

VI. O CAE procurou diligentemente informar-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.

VII. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macro indicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas, sempre procurando recomendar mecanismos que dotem a Companhia da necessária agilidade e resiliência para se adaptar a mudanças rápidas nos cenários macroeconômicos.

VIII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) ética nos negócios; (v) inteligência artificial; (vi) diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) gestão de produtos eletrônicos; (viii) investimento em infraestrutura; e (ix) desenvolvimento de novas tecnologias.

IX. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 6 (seis) sessões durante o ano de 2025, os relatórios referentes às denúncias recebidas no Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.

X. Além das 17 (dezessete) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 5 (cinco) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Em cumprimento a esses protocolos e/ou requerimentos de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros, de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

No que diz respeito aos PAAs, o CAE buscou compreender o julgamento dos Auditores Independentes na determinação desses assuntos, além de avaliar a abordagem de auditoria utilizada como resposta aos PAAs identificados.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (Nota Explicativa 23 – "Provisão para processos judiciais e administrativos")

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC), os membros do CAE se reuniram formalmente 1 (uma) vez no mês de março de 2025.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a evolução e a posição da Companhia com relação aos critérios de governança previstos no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

4.3. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2025").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2025, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

O presente Relatório é emitido em observância ao inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme Parágrafo 1º do Inciso VII do Art. 27 da Resolução nº 80 da CVM, de 29 de março de 2022.

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados, pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

"Os gráficos deste relatório podem ser consultados no documento arquivado na CVM: Categoria: Dados Econômico-Financeiros / Tipo: Demonstrações Financeiras Anuais Completas"

Rio de Janeiro (RJ), 10 de fevereiro de 2026.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

NICANDRO DURANTE
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Fabiane Reschke (Diretora Jurídica) e Vicente de Moraes Ferreira (Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2026.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

VICENTE DE MORAES FERREIRA
Diretor de Relações com Investidores

FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Fabiane Reschke (Diretora Jurídica) e Vicente de Moraes Ferreira (Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2026.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

VICENTE DE MORAES FERREIRA
Diretor de Relações com Investidores

FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer